

NOVAS FRONTEIRAS

Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul

ESPM



nepri **ESPM**

núcleo de estudo e pesquisa
em relações internacionais

CONSELHO EDITORIAL

Coordenação

Prof. Dr. Cristian Salaini
Prof. Dr. Diego Pautasso
Prof. Ms. Sérgio Wollman

Editor-Chefe

João Henrique Salles Jung

Editora Assistente

Camila Schlatter Fernandes

Diretoria Técnica

Enrique Taborda
Franco Chitolina
Vinícios Sparremberger

Capa

Co.de – ESPM-Sul

Projeto Gráfico

Eric Machado Raupp
Vinícios Sparremberger

Revisão Técnica

Camila Schlatter Fernandes
Enrique Taborda

Contato

novasfronteiras-sul@espm.br

ISSN 2359-0556

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Dos bastidores ao palco:
o teatro das relações internacionais e seus respectivos atores **4**

ARTIGO

A Política Internacional e a Crise Dos Mísseis:
13 Dias sob o Temor Nuclear **7**

ARTIGO

Construção Hollywoodiana de um Mundo Antiárabe:
o desconcerto de “Nova York Sitiada” sob um xadrez teórico **18**

ARTIGO

O Brasil e a Campanha por uma Cadeira Permanente no Conselho de
Segurança da ONU: análise dos discursos nos governos de Fernando
Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva **32**

ARTIGO

A Relação Brasil-Estados Unidos no Século XXI:
análise de uma Parceria Estratégica **45**

ENTREVISTA

Perspectivas sobre o Oriente Médio *com Luiz Antônio Araujo* **55**

RESENHA

Entre a Alteridade e o Reconhecimento:
a Queda da Cidadania Francesa **60**

RESENHA

Obra Organizações Internacionais: História e Práticas; fragmento
Integração Regional no Cone Sul da América Latina: o MERCOSUL **63**

DOS BASTIDORES AO PALCO:

o teatro das relações internacionais e seus respectivos atores

João Henrique Salles Jung¹
Camila Schlatter Fernandes²

Muitos encaram as relações internacionais e a sua estrutura matriz, o Sistema Internacional, como um grande palco no qual um jogo de interesses é jogado a cada rodada na busca do tão almejado e disputado “poder”. Entre noticiários e bastidores se costuram as redes de influência global, o que cabe considerar, desta forma, que este jogo não é aberto ao grande público e que dele não participam amadores: a política internacional é coisa de gente grande.

A terceira edição da Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul traz consigo o potencial científico plural e dinâmico, representado através da multiplicidade de estudos que dialogam a respeito da sociedade atual, das relações entre países e pessoas e de um mundo que ainda está em construção. Os trabalhos desta edição possuem como elemento comum o fato de mostrar o mundo em plataformas distintas, analisar o jogo internacional através de diversas perspectivas e mostrar que, muitas vezes, a realidade é aquilo que não se vê.

As dicotomias e os antagonismos das relações internacionais, que por vezes são declaradas e panfletárias, podem também ser sutis e mascaradas, fazendo com que o jogo de poder que é a política internacional seja um tema cada vez mais fascinante e empolgante. Deve-se lembrar que a anarquia e a incerteza permeiam o sistema de relação entre os Estados, fato este que corrobora com um mundo de futuro indefinido e mutável. Entre impérios e ruínas, a história nos mostra que países ascendem e declinam, ou, como diria o historiador e professor francês Jean-Baptiste Duroselle (2010) “todo império perecerá”.

Neste cenário de presente e futuro não determinados, os Estados e seus respectivos governantes atuam de forma muitas vezes contestáveis a fim de manter a sua sobrevivência, se utilizando, algumas vezes, da própria paz para motivos nefastos, pois

¹Editor-Chefe da Revista Novas Fronteiras. Graduando em Relações Internacionais pela ESPM-Sul e monitor de pesquisa pela mesma.
Email: joaojung@yahoo.com.br

²Editora Assistente da Revista Novas Fronteiras. Bacharel em Relações Internacionais pela ESPM-Sul e graduanda em Economia pela UFRGS.
Email: camila.schlatter.fernandes@gmail.com

como diria o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos da América, John Foster Dulles (1955) “a paz pode ser uma camuflagem por meio da qual homens malvados perpetram erros diabólicos”. Considerando um meio na qual nem a paz se coloca como um fim para si mesma, alguns autores como Kenneth Waltz (2004) refletem sobre as questões concernentes as causas desta disputa sem fim e do equilíbrio de poder em território tão hostil.

A terceira edição da *Novas Fronteiras* toma forma composta por três artigos acadêmicos e duas resenhas de diversas universidades. Para completar, trazemos uma interessante entrevista com o ilustríssimo Luiz Antônio Araujo, editor do caderno mundo e colunista do jornal Zero Hora. Na entrevista, o jornalista dispôs de cerca de uma hora e meia do seu tempo para conversar pessoalmente com o pessoal da *Novas Fronteiras* a respeito de suas experiências de jornalista no Oriente Médio, em especial nas questões que tangiam o contato com membros do Estado Islâmico (EI). Nesta edição pode ser encontrada grande parte deste momento de compartilhamento, na qual Luiz Antônio revelou detalhes a respeito da região de confronto, com ênfase na Síria, lugar em que diversas forças lutam para decidir quem terá o controle. Algumas surpresas podem ser vislumbradas ao longo da narrativa.

No artigo “**A Política Internacional e a Crise Dos Mísseis: 13 Dias sob o Temor Nuclear**”, Juliano dos Santos Bravo, graduando em Relações Internacionais pela UFSM, analisa o episódio da Crise dos Mísseis inserida um contexto de Guerra Fria. A partir de um estudo da Nova Ordem Internacional do pós-Segunda Guerra Mundial e das políticas de intimidação e contenção existentes no conflito bipolar, o autor discorre sobre o referido caso buscando compreender as relações e os papéis desempenhados pelas superpotências Estados Unidos e União Soviética. A Crise dos Mísseis, o ápice das tensões nucleares da Guerra Fria, seria para o autor um momento de inflexão da política externa da Guerra Fria de ambas as potências e cuja resolução do impasse ocorreu graças à brilhante atuação de Kennedy e Khrutchev.

Dando continuidade, no trabalho “**Construção Hollywoodiana de um Mundo Antiárabe: O desconcerto de “Nova York Sitiada” sob um xadrez teórico**” – de autoria de Ashraf Abdul Jabbar Bajaa Bajaa, graduando em Relações Internacionais pela ESPM-Sul – a prática da superpotência, Estados Unidos, na construção e promoção de um mundo antiárabe é o pano de fundo do presente artigo, que o busca analisar sobre o prisma cinematográfico, representado por Hollywood, com o filme *Nova York Sitiada*. Calçado em perspectivas de autores como Edward Said e Domenico Losurdo e de Hollywood como um instrumento para a exercício do *soft power* estadunidense, o artigo traz, em suas seis seções, a construção e cimentação de um mundo antiárabe. Para o autor, Hollywood é um dos instrumentos propagadores do poder brando norte-americano e, neste contexto, a criação de uma visão negativa do mundo árabe o torna um dos alvos do Império.

Já no artigo “**O Brasil e a Campanha por uma Cadeira Permanente no Conselho de Segurança da ONU: Análise dos discursos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**”, de Jorge Felipe Alves Dietrich, também graduando em Relações Internacionais da ESPM-Sul, o empenho histórico brasileiro pela conquista de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é o objeto de

estudo do presente artigo, com base na comparação entre as posturas dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva frente ao tema. Com cinco seções, o autor discorre sobre a criação da ONU e de seu Conselho de Segurança, as relações do Brasil com este órgão e as posturas particulares de cada ex-presidente. Por fim, a última seção se dedica a apontar a diferença entre ambos, podendo ser observado um tom mais reivindicatório do último governo em relação ao primeiro.

Com a pesquisa **“A Relação Brasil-Estados Unidos no Século XXI: Análise de uma Parceria Estratégica”**, de Luana Margarete Geiger, Bacharel em Relações Internacionais pela ESPM-Sul, a relação entre Brasil e Estados Unidos é analisada sob o recorte temporal do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Dividido em quatro seções, o artigo aborda o conceito de parceria estratégica e o papel histórico dos Estados Unidos como parceiro brasileiro para, enfim, trazer a alteração nos rumos da política externa brasileira com Lula e quais seus impactos nesta relação política. Para a autora, o novo posicionamento brasileiro no Sistema Internacional a partir de 2003, com a busca de relações internacionais mais igualitárias, tornou a relação bilateral mais equilibrada graças à necessidade que auferiu aos Estados Unidos de flexibilizar suas políticas para o Brasil.

Na parte das resenhas, com **“Entre a Alteridade e o Reconhecimento: a Queda da Cidadania Francesa”** o autor, Thiago Cidade, aluno de Relações Internacionais da ESPM-Sul, discorre elegantemente sobre a temática da cidadania francesa e o declínio do apanhado ideológico francês, tendo como base o filme *La Haine* (em português, O Ódio), de 1995 e direção de Mathieu Kassovitz. Desta forma, o autor retoma os elementos já presentes no final do século XX e explicitados pela obra de Kassovitz e os traz para o cenário francês atual, ressaltando suas similaridades.

E para finalizar a terceira edição da revista, **“Resenha Crítica da Obra Organizações Internacionais: História e Práticas; fragmento Integração Regional no Cone Sul da América Latina: o MERCOSUL”**, sob a autoria de Lauriane Cruz Aguirre, graduanda em Relações Internacionais da UNIPAMPA, traz um excerto e análise da obra *Organizações Internacionais: História e Práticas* de Mônica Herz e Andrea Ribeiro Hoffman. Tendo o fragmento como tema de estudo Mercosul, a autora discorre sob a história, constituição, órgãos e demais características do bloco, trazendo uma visão ampla e detalhada sobre os principais aspectos que formam o Mercado Comum do Sul.

Cabe a nós desejarmos a todos aqueles que nos prestigiam que realizem uma boa leitura e que possam absorver este conteúdo que foi tão bem trabalhado. Retificando o intuito central da Novas Fronteiras, temos como compromisso a divulgação do conhecimento acadêmico de qualidade através de artigos oriundos de distintas visões políticas e que tenham representatividade na mais diversificada gama de regiões no Brasil. E que assim possamos unir todos os estudantes de Relações Internacionais e áreas afins em um grande salto de aprendizado e troca. Agradecemos a atenção de todos. Uma ótima leitura!

A POLÍTICA INTERNACIONAL E A CRISE DOS MÍSSEIS: 13 dias sob o terror nuclear

INTERNATIONAL POLITICS AND THE CRISIS OF MISSILES:
13 days under the nuclear fear

Juliano dos Santos Bravo¹

RESUMO

Examinar-se-á, no presente artigo, a conjuntura internacional após a Segunda Guerra Mundial, com a bipolaridade e o novo e inusitado conflito mundial: a Guerra Fria. E, assim, projetar o cenário internacional, no qual está inserida a Crise dos Mísseis em Cuba, de 1962. Objetiva esclarecer o episódio da crise, por meio das relações internacionais e da política internacional entre as superpotências, EUA e URSS, as quais formavam o sistema bipolar de poder mundial. Para tanto, se utilizará da ferramenta crítica da política de intimidação e contenção, bem como do papel desempenhado pelas armas de destruição em massa, se pautando pela análise de conceitos de política entre os Estados.

PALAVRAS-CHAVE: Política Internacional.
Guerra Fria. Crise dos Mísseis.

ABSTRACT

It will examine in this article, the international situation after World War II, with the bipolarity and the new and unusual world conflict: the cold war. And so design the international scene, in which is inserted the Missile Crisis in Cuba in 1962. It aims to clarify the episode of the crisis, through international relations and international politics between the superpowers, US and USSR, which formed the bipolar system of world power. Therefore, it will use critical tool of intimidation and containment policy and the role played by weapons of mass destruction, was guided by the analysis of policy concepts between states.

KEYWORDS: International Politics. Cold War.
Missile Crisis.

¹Graduando de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria.
Componente do Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea - GEPPIC. Email: julianobravo22@gmail.com

Em outubro de 1962, durante exatos treze dias, toda a tensão do terror nuclear e de uma Terceira Guerra Mundial repousava sobre as decisões de John F. Kennedy e Nikita Khrutchev. Um dos episódios mais marcantes da Guerra Fria, sobretudo no que concerne as questões de segurança internacional e nacional, foi a Crise dos Mísseis, desencadeada a partir da descoberta dos mísseis soviéticos na ilha caribenha. A política internacional não sofrera tamanha tensão há muitos anos, o temor nuclear era evidente e a possibilidade de atacar ou ser atacado era dia-a-dia mais provável.

A crise se inicia após um avião estadunidense fotografar a instalação de mísseis soviéticos em Cuba, os quais detinham potencial de alcançar o território continental (a partir da península da Flórida) em 5 minutos, o que acarretou a mais alta cúpula do governo JFK entrar em estado de alerta máximo. Os conceitos de política entre os Estados em geral, de intimidação e de contenção em particular encontraram o seu maior desafio. A demonstração de poder soviético a poucos quilômetros do território norte-americano impunha uma das crises mais temerosas da Guerra Fria.

Portanto, dentro do contexto internacional pós Segunda Guerra Mundial, a presente pesquisa busca orientar-se através do escopo das Relações Internacionais, da história desta, no intuito de elucidar de modo salutar, ainda que não absoluto, a Crise dos Mísseis e a política internacional que a cerca. A partir da ferramenta da política de intimidação e contenção, sobretudo, analisar-se-á o envoltório da crise, o significado e o que estava em jogo mundialmente. Para tanto, se utilizará de uma análise crítica sobre o período em que a hecatombe nuclear esteve mais próxima de ocorrer no ocidente.

A NOVA ORDEM INTERNACIONAL APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

“O mundo que se descortinou em 1947 rompeu radicalmente com as heranças da balança de poder do século XIX e com os anos de transição e de instabilidade do período entre as guerras” (SARAIVA, 2008, p. 169). Assim, conforme José Flávio S. Saraiva (2008), o Sistema Internacional pós-Segunda Guerra alterou-se profundamente, findando a hegemonia europeia e bipolarizando a política mundial em dois blocos distintos de poder. Em vista disso, “o curso das duas décadas que vinculam o ano de 1947 ao de 1968, no âmbito das relações internacionais, foi ditado pela supremacia de dois gigantes sobre o mundo” (SARAIVA, 2008, p. 197).

O novo cenário internacional gerado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e pelos Estados Unidos da América resultou em uma nova ordem mundial que superou a ordem do século XIX, opondo o planeta em duas superpotências, sendo suas respectivas áreas ou blocos de influência capazes de gerar o novo e inusitado conflito mundial: este chamado de Guerra Fria. Inusitado por ser “um período de hostilidade intensa sem uma guerra de verdade. A hostilidade foi tão intensa que muitos esperavam um conflito armado entre as superpotências” (NYE, 2009, p. 141). Essa contínua tensão foi ainda mais ferrenha e, por certo, o conflito quase se deflagrou no episódio chave do presente artigo: a crise dos mísseis de Cuba, em outubro de 1962.

O fim da Segunda Guerra Mundial produz um vácuo geopolítico no continente europeu, o qual inspira a propensão de atuação da *Realpolitik*² em busca da consolidação de influências e, acima de tudo, do poder real entre as duas superpotências vencedoras – salientando o papel coadjuvante da

²Realpolitik é um termo bastante usado por Kissinger (2012) para designar as políticas adotadas pelos Estados e estadistas nesse período histórico. No entendimento do Dr. em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas (1984) e, diplomata de carreira, Paulo Roberto de Almeida (2008) Realpolitik é “mais um método do que uma doutrina, completa e acabada. [...] O que ela quer dizer, finalmente? A rigor, trata-se de um simples cálculo utilitário, baseado nos interesses primários de um país, um Estado, um indivíduo. Ela tende a considerar os dados do problema e não se deixa guiar por motivações idealistas, generosas ou ‘humanitárias’ de tal decisão ou ação, mas apenas e exclusivamente pelo retorno esperado de um determinado curso de ação, que deve corresponder à maior utilidade ou retornos possíveis para o seu proponente ou condutor da ação. Como tal, ela responde a objetivos estritamente pragmáticos e ‘racionais’, num sentido estrito, de uma determinada interação humana, social ou estatal” (ALMEIDA, 2008, p. 2).

Inglatera, vencedora da guerra, porém devastada. Desse modo, ambos os Estados produzirão um novo padrão no Sistema Internacional; “o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada ‘Guerra Fria’” (HOBSBAWM, 2008, p. 223).

De acordo com Vizontini (2008), os elementos constituintes dos resultados da Segunda Guerra Mundial são demasiadamente fundamentais para o entendimento e compreensão do desencadeamento de eventos que culminará no embate da Guerra Fria. As variáveis opostas entre EUA e URSS, especialmente ideológicas, mesmo que no conflito tenham se aliado para derrotar o nazi-fascismo, é o marco inicial de um futuro em que não se vislumbrará uma paz duradoura. Entretanto, não se deseja uma Terceira Guerra Mundial.

Sendo assim, “a Guerra Fria durou quatro décadas, de 1947 a 1989. Seu ponto alto foi de 1947 a 1963, quando houve algumas negociações sérias entre os Estados Unidos e a União Soviética” (NYE, 2009, p. 141), como a apreensiva crise dos mísseis. Um dos maiores testes a racionalidade dos Estados e ao modelo realista.

Apesar de a Segunda Guerra ter vencedores, os Estados Unidos apresentavam uma realidade hegemônica militar e financeira. O poder militar naval, aéreo e terrestre era absoluto, representava vantagens nunca alcançadas por outra potência na história, além de possuir exércitos e bases militares e navais em todos os continentes. Na conferência de Bretton-Woods, em 1944, onde ocorreram às fundações do Fundo Monetário Mundial e do Banco Mundial, os EUA impuseram toda sua superioridade econômica ao mundo capitalista, observa Vizontini (2004).

Por outro lado, mesmo com o prestígio militar e político de uma vencedora da Segunda Guerra, e sendo decisiva na derrota de Hitler, a União Soviética via-se em situação mais delicada. Stalin, um

mestre da *Realpolitik*, entendia perfeitamente a situação da nação e agia conforme sua principal arma, o prestígio do Exército Vermelho. E, assim, entendia que a URSS devia manter suas áreas territoriais conquistadas como pagamento “pelas vitórias soviéticas e pelo sofrimento heroico do povo russo” (KISSINGER, 2012, p. 382).

Por essa configuração internacional, conforme Kissinger (2012), a atuação das potências se guiou da seguinte forma:

Cada vencedor atuou nos termos da experiência histórica de sua nação. [...] Roosevelt visualizou uma ordem de pós-guerra que os três vencedores, mais a China, seriam o conselho de administração do mundo, mantendo a paz contra qualquer vilão em potencial, que ele acreditava ser a Alemanha [...] A abordagem de Stalin refletiu sua ideologia comunista, mas também a velha política externa russa. Quis tirar proveito da vitória de seu país, ampliando a influência russa na Europa Central (KISSINGER, 2012, p. 353-354).

Por conseguinte, os anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial e a formação da Guerra Fria, sob uma nova ordem mundial bipolar, reorganizou a geopolítica internacional através de blocos de influência. A América Latina, historicamente tida como região condicionada às políticas de Washington desde a Doutrina Monroe³, com uma pequena margem autônoma de ação em suas políticas nacionais e internacionais, estava novamente mantida perante forte controle e influência. Consequentemente, a Revolução Cubana e, em especial, a Crise dos Mísseis em território cubano em 1962, representavam uma ameaça direta ao poder político continental e mundial dos Estados Unidos, ao modelo hegemônico norte-americano. Portanto, esta crise estabeleceu um profundo período de apreensão no

³ “Em 2 de dezembro de 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, em mensagem ao Congresso norte-americano, avisava que o país consideraria uma ameaça para a sua paz e segurança qualquer tentativa, por parte das potências europeias, de tentar impor o princípio de legitimidade do sistema de Viena a qualquer parte da Américas – era uma manifestação política de peso, considerando que o governo de Washington declarava-se previamente hostil a qualquer tentativa de restauração” (LESSA, 2008, p. 79.)

sistema internacional até então constituído, onde e quando URSS e EUA estiveram o mais próximo de um conflito nuclear direto.

A Segunda Guerra Mundial enterrou o já superado equilíbrio de poder europeu, do qual Churchill ainda vai tentar reivindicar como solução para o sistema internacional no pós-guerra, bem como suplantou em fracasso a ideia Wilsoniana da Sociedade das Nações. Logo, a Liga das Nações pôs em cheque a segurança coletiva, que Roosevelt buscará se inspirar para gerar a ideia dos *Quatro Guardas*, segundo Kissinger (2012).

Ainda sobre o equilíbrio de poder, Martin Wight (2002) o conceitua como:

[...] a concepção do equilíbrio de poder pertence especialmente à política internacional, e é nesse sentido que tem sido mais explorada. O equilíbrio de poder é o princípio daquilo que poderia ser chamado de “a mecânica da política do poder” [...] A política do equilíbrio de poder está fundamentada, como disse Hume, “no bom-senso e raciocínio óbvio”: ela é uma aplicação da lei da autopreservação (WIGHT, 2002, p. 167-168).

Estes aspectos da ordem do século XIX se tornavam cada vez mais obsoletos para compreender a nova realidade mundial e os objetivos de alcançar uma ordem capaz de estabilizar o Sistema Internacional⁴. A Guerra Fria se desnudava sob as grandes potências como um grande desafio à manutenção da paz e ao desenvolvimento humano.

Já a realidade na *periferia* mundial foi outra. A situação em que se encontrava a Europa não era propícia nem possível de manter suas colônias na Ásia e na África, as quais ao passar dos anos entraram em luta por independência. Aonde os impérios coloniais iam sendo derrubados, em muitos casos, eram insuflados e apoiados de diversas formas por EUA e URSS (ambas as potências viam nesses territórios futuros aliados e parceiros de seus siste-

mas sociais, políticos e econômicos). Segundo Eric Hobsbawm (2008):

O que prejudicou fatalmente os velhos colonialistas foi a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente, e que as velhas potências coloniais encontravam-se fracas demais, mesmo após uma guerra vitoriosa, para restaurar suas antigas posições (HOBSBAWM, 2008, p. 214).

Destarte, “foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu” (HOBSBAWM, 2008, p. 225). E, ainda, ocorreria um novo fato nesse cenário conturbado e acirrado, qual seja, o surgimento das armas de destruição em massa: as armas nucleares. Tal fato gerou apreensão e aflição na comunidade internacional, pois nessas crises na *periferia* (como a crise dos mísseis) o conflito nuclear esteve muito perto de ocorrer.

Consoante Nye (2009): “as armas nucleares mudaram a natureza da guerra, mas não mudaram a maneira básica segundo a qual o mundo é organizado. O mundo de estados anárquicos sem nenhum governo acima deles continuou na era nuclear” (NYE, 2009, p. 175). À bomba de hidrogênio, somando-se a bomba H, aumentou imensamente a potência possível de destruição. O surgimento dessa nova arma, em meados da década de 1950, produziu significativas consequências à política mundial e, de acordo com Joseph Nye (2009), concretizou cinco efeitos:

Em primeiro lugar: reviveu o conceito de guerra limitada. A primeira metade do século XX testemunhou uma mudança das guerras limitadas do século XIX para as duas guerras mundiais, que tiraram dezenas de milhões de vidas. [...] Em segundo lugar, a crise recolocou a guerra central como o momento da verdade.

⁴ Por sistema internacional (ou sistema de estados), Hedley Bull (2002) define como: “quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo” (BULL, 2002 p. 15).

No passado, a guerra era uma época em que todas as cartas eram mostradas na mesa. No entanto, na era nuclear, a guerra é devastadora demais e os velhos momentos da verdade são perigosos demais (NYE, 2009, p. 176-177).

O conceito de guerra limitada entra em oposição ao conceito de guerra total, o qual se atribuiu as duas guerras mundiais. A “guerra total significava que qualquer indivíduo do outro lado devia ser considerado um combatente, e não uma simples pessoa. Qualquer meio para se fazer a guerra devia ser considerado legítimo” (MAGNOLI, 2006, p. 356).

Nye (2009), então, prossegue:

W

Em terceiro lugar, as armas nucleares transformaram a intimidação (o desencorajamento pelo medo) na estratégia fundamental. Passou a ser decisivo organizar o poderio militar para gerar medo antecipado de modo a impedir o ataque. [...] A quarta consequência política foi o desenvolvimento de um regime de prudência de fato entre as superpotências. As duas superpotências, apesar de suas diferenças ideológicas radicais, desenvolveram um interesse fundamental comum: evitar a guerra nuclear (NYE, 2009, p. 177).

Em certo sentido, o que se evidencia na crise dos mísseis, apesar do intenso acirramento dos ânimos e dos treze dias de apreensão mundial, foi uma negociação e resolução do conflito de interesses a partir da diplomacia. A quinta consequência política do advento das armas nucleares e da bomba H, no entendimento de Nye (2009), foi o seguinte:

Em quinto lugar, as armas nucleares em geral e a bomba H em particular foram consideradas pela maioria das autoridades oficiais como inutilizáveis em tempo de guerra. [...] Houve ainda outra dimensão. Desde o lançamento da primeira bomba pelos Estados Unidos sobre Hiroshima, instalou-se um sentimento duradouro de que as armas nucleares eram imorais, que iam além do universo do que era admissível na guerra (NYE, 2009, p. 178).

As armas nucleares, dessa maneira, produziram mudanças significativas nas relações internacionais dentro do cenário da Guerra Fria, no qual está inserida a crise dos mísseis em Cuba. Concomitantemente, geraram dentro do Sistema Internacional um contínuo medo, ou melhor, uma apreensão sobre essa nova ordem mundial. Seria ela capaz de preservar a paz e, mesmo em momentos de crise, não levar a humanidade a uma possível Terceira Guerra Mundial dotada de armas de destruição em massa?

Em síntese, consoante Barry Buzan e Lene Hansen (2012):

A Guerra Fria surgiu de meados para o fim dos anos 1940 como a nova estrutura de poder criada como resultado instituído da Segunda Guerra Mundial. As duas grandes características que a definiram começaram a interagir quase que simultaneamente: armamento nuclear e uma disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 118).

A POLÍTICA DE INTIMIDAÇÃO E CONTENÇÃO

A trajetória incomum de uma guerra sem batalha entre as principais nações envolvidas salienta inúmeros debates acerca das políticas externas e de segurança que eram adotadas. Desse modo, “a Guerra Fria oferece uma perspectiva exclusiva sobre as relações internacionais e esclarece a dinâmica de duas escolhas de política externa que foram feitas: a escolha de *intimidar* e a escolha de *conter*” (NYE, 2009, p. 142).

O conceito de *intimidar* na política internacional foi aplicado pelos reinos, impérios e nações ao longo da história, exemplificados na formação de numerosos exércitos, com diferentes táticas e estratégias de guerra intimidadoras, ameaças formais e informais, bem como ardilosas alianças fomentadoras de *intimidação*. Os anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial não foram distintos, a

intimidação foi utilizada como desencorajamento, especialmente com o advento das armas nucleares.

De acordo com Nye (2009), um dos aspectos da Guerra Fria era o método de tentar desequilibrar a margem de poder da potência rival, através da intimidação de grandes arsenais nucleares, até mesmo com discursos apocalípticos. Como ressalta Joseph Nye (2009):

O conceito de intimidação estava ligado à política de contenção. Durante a Guerra Fria, a contenção referia-se a uma política americana específica de conter o comunismo soviético assim como de promover uma ordem mundial liberal do ponto de vista econômico e político (NYE, 2009, p. 142).

A política de *contenção*, assim como a *intimidação*, não surgiu durante a Guerra Fria, “ainda que o termo tenha surgido” (NYE, 2009, p. 142). Da mesma forma que a intimidação, podem-se verificar através da história as inúmeras vezes que a política de contenção foi aplicada por nações/reinos/impérios em defesa de seus interesses, de modos distintos, como com poder militar, econômico, cultural. “Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos oscilaram entre uma política expansiva de conter o comunismo e uma política mais limitada de conter a União Soviética” (NYE, 2009, p. 143).

“A maneira de superar a estratégia soviética era ‘uma política firme de contenção, opondo aos russos uma contra força inarredável, em cada local onde deem sinais de passar dos limites, prejudicando um mundo estável e pacífico’” (KISSINGER, 2012, p. 413). A declaração de Kennan⁵ representava, de certa maneira, o “velho sonho americano da paz pela conversão do inimigo” (KISSINGER, 2012, p. 413). Ou, ainda, o mais antigo Destino Manifesto.

Todavia, os Estados Unidos, líderes do bloco ocidental e capitalista, formularam a política internacional a partir de um tripé conceitual pautado nas ideias de George Marshall, Dean Acheson e George Kennan. Política “sustentada na ideia de uma ação de longo prazo, paciente e firme na contenção das tendências expansionistas da União Soviética” (SARAIVA, 2008, p. 199). A União Soviética, por seu turno, compreendia com realismo político a sua debilidade oriunda das consequências da Segunda Guerra. Dessa maneira, segundo o historiador Hobsbawm (2008):

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime. [...] Precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA (HOBSBAWM, 2008, p. 230).

O diplomata estadunidense em Moscou, chamado George Kennan, “forneceu a estrutura filosófica e conceitual para a interpretação da política externa de Stalin” (KISSINGER, 2012, p. 406). Logo, eclodiria a política de contenção. Kennan entendeu a política externa da União Soviética, com a personificação de Stalin, sobre a abrangência de dois fatores primordiais; “uma amálgama do fervor ideológico comunista com o velho expansionismo czarista” (KISSINGER, 2012, p. 406).

⁵ “De maneira célebre, [George] Kennan sustentou em seu ‘artigo X’, de 1947, que a liderança soviética estava inextricavelmente ligada a uma ideologia de superioridade comunista e de derrocada capitalista. [...] A solução de Kennan era uma contenção incessante da União Soviética ‘em todo ponto no qual demonstrarem sinais de cerceamento dos interesses de um mundo livre e estável’ (Kennan, 1947, p. 581)” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 122).

⁶ “[...] a ideologia do Destino Manifesto, que expressava um dogma de autoconfiança e ambição supremas: a ideia de que a incorporação aos Estados Unidos de todas as regiões adjacentes constituía a realização virtualmente inevitável de uma missão moral assinalada à nação pela própria Providência. O Destino Manifesto era, de certa forma, uma adaptação americanizada da ideologia providencialista que começava a surgir na Europa e que teve, posteriormente, no poeta Rudyard Kipling, sua forma literária mais acabada – explicitada, aliás, na frase ‘o fardo do homem branco’ [...]” (SCHILLING, 2002, p. 21).

No entendimento de Saraiva (2008):

As ideias de Kennan expressavam, no fundo, uma percepção que se ampliava, cada vez mais, entre os gestores do Estado norte-americano. Para eles, seu país deveria desenvolver uma vigilância ativa e uma política de contenção das ambições expansionistas soviéticas. As diretrizes seguidas pelo governo acompanharam, assim, as ideias defendidas por Kennan (SARAIVA, 2008, p. 198-199).

A política externa estadunidense de intimidação, e especialmente de contenção, pautou-se erroneamente, no entendimento de Saraiva (2008), no engano sobre as ações do líder soviético. Isto porque “os formuladores de política exterior nos Estados Unidos que associavam os movimentos de Moscou à ótica de um projeto expansionista soviético cujos tentáculos poriam em xeque a superioridade dos Estados Unidos no Ocidente” (SARAIVA, 2008, p. 199) foram levados pela percepção equivocada das ações de Stalin.

Ademais, conforme Hobsbawm (2008), as declarações públicas e insinuações insufladas na população pelo poder público eram uma dissonância com a realidade soviética e, até mesmo, um discurso leviano e o princípio da guerra ideológica. Dessa maneira, exemplifica o discurso ocidental sobre a URSS como um “cenário de pesadelo da superpotência moscovita pronta para a conquista imediata do globo, e dirigindo uma ‘conspiração comunista mundial’ atea sempre disposta a derrubar os reinos da liberdade” (HOBSBAWM, 2008, p. 229).

George Kennan escreveu em suas memórias que “acreditava que as ações de Moscou no cenário internacional apoiavam-se prioritariamente nas necessidades autocráticas e pessoais de Stalin” (PENNACCHI, 2007, p. 2). O interesse internacional do líder soviético, de acordo com Pennacchi (2007), era baseado no objetivo de “criar um ambiente externo hostil ao capitalismo” (PENNACCHI, 2007, p. 2). A interpretação de Kennan à política externa soviética leva a algumas dúvidas, tais como: as ações de Stalin foram confundidas como expansionistas ou, de fato, esse entendimen-

to foi uma instrumentalização para a política de contenção e intimidação?

O fato histórico e político é que as potências rivais entraram em rota de *colisão*. A política de contenção oriunda do ocidente, somada ao surgimento das armas nucleares e a *Realpolitik* soviética, regeu boa parte da Guerra Fria. A crise dos mísseis esteve intimamente ligada a esta política internacional e se tornou um momento de inflexão dentro desse sistema Internacional. A política de contenção e intimidação atingiu o limite entre a política e a guerra.

A corrida bélica das armas nucleares, entretanto, produziu “uma forma peculiar de equilíbrio de poder que foi algumas vezes chamado de ‘equilíbrio do terror’” (NYE, 2009, p. 178). Esse cenário proporcionou dilemas de segurança e um sistema de equilíbrio tensionado ao limite da capacidade de destruição mútua, uma vez que a capacidade e velocidade de destruição dos arsenais de ambas as potências produziram tais consequências.

De acordo com Nye (2009), o equilíbrio nuclear coincidiu com a bipolaridade e, ainda, conforme alguns neorrealistas, como Kenneth Waltz:

[...] definem a bipolaridade como situações nas quais dois grandes estados têm praticamente todo o poder, mas esse tipo de bipolaridade pura é raro. [...] Waltz sustenta que a bipolaridade é um tipo de sistema particularmente estável porque simplifica a comunicação e os cálculos. Por outro lado, os sistemas bipolares carecem de flexibilidade e magnificam a importância de conflitos marginais (NYE, 2009, p. 179).

A Crise dos Mísseis, tida como um dos conflitos marginais não violentos, se enquadra perfeitamente na conceituação de Waltz, pois a pouca flexibilidade da bipolaridade, aliada as políticas de contenção e intimidação levaram, neste caso, a quase erupção do conflito armado e nuclear. Todavia, o “próprio terror das armas nucleares pode ter ajudado a produzir estabilidade” (NYE, 2009, p. 179), dado que a resolução se deu por meio da negociação e, de fato, não irrompeu em conflito armado. Joseph Nye

(2009) ainda produz um questionamento pertinente: “Uma maneira de avaliar a eficácia da intimidação nuclear é pela análise contrafactual. Qual a probabilidade de que a Guerra Fria tivesse se tornado quente na ausência das armas nucleares?” (NYE, 2009, p. 180).

A CRISE DOS MÍSSEIS EM CUBA (1962)

“Entre 22 e 28 de outubro de 1962 a humanidade conteve a respiração diante da mais grave crise internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial” (AVILA, 2012, p. 367). A pesquisa historiográfica e bibliográfica demonstra a gravidade do episódio que opôs duas superpotências capazes de destruição jamais antecedida na história. Segundo Joseph Nye (2009):

O caso principal na intimidação nuclear durante a Guerra Fria foi a Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962. Esse período de treze dias foi provavelmente a situação mais arriscada da era nuclear considerando um conjunto de acontecimentos que poderiam ter levado a uma guerra nuclear (NYE, 2009, p. 182).

A ilha de Cuba, no mar do caribe e a poucos quilômetros do território norte-americano, constituiu, historicamente, uma nação extremamente caudatária aos interesses da política externa de Washington. Sofreu, inclusive, inúmeras intervenções militares de forma direta, como entre “1906 e 1909, em 1912, e de 1917 a 1923. [...] os governos cubanos não passavam de marionetes orquestrados pelos embaixadores estadunidenses” (DOMINGOS, 2013, p. 83). Ocorre que, por anos isso acabou fomentando um sentimento nacionalista e anti-imperialista, muito bem instrumentalizado por Fidel Castro e seus companheiros na década de 1950, germinando a Revolução

Cubana⁸ em plena Guerra Fria e nas *barbas* da superpotência ocidental.

A ilha caribenha se tornou um grave problema aos Estados Unidos. A aproximação do regime cubano com a União Soviética tornou a situação ainda mais delicada dentro dos quadros estratégicos da Guerra Fria. No livro *The Kennedy Tapes*, de Ernest R. e Philip D. apud Nye (2009): “Em meados de outubro de 1962, a Guerra Fria se intensificara de maneiras imprevistas. Cuba, que havia muito era praticamente uma colônia dos Estados Unidos, recentemente passara a órbita soviética” (NYE, 2009, p. 181). E, em outubro de 1962, os jornais estadunidenses já denunciavam possíveis carregamentos de armamentos soviéticos para Cuba.

A política de intimidação soviética dava sinais de recrudescimento e ousadia. E, de acordo com Ernest R. e Philip D. apud Nye (2009):

Pouco antes das 9 horas da manhã de 16 de outubro, uma terça-feira, o assistente de Kennedy para Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, levou ao quarto do presidente fotografias mostrando que na verdade surgiram ‘os problemas mais graves’. Obtidas a grande altitude por um avião de reconhecimento U-2, essas fotografias mostravam os soviéticos em Cuba instalando mísseis balísticos com armas nucleares apontados para cidades do continente americano (NYE, 2009, p. 181).

A partir desse momento até a resolução do conflito de interesses e de segurança nacional, os 13 dias sob o temor nuclear global, a apreensão diante da real possibilidade de uma guerra mundial estava posta e altiva.

Do dia 16 de outubro até o dia 22 outubro ocorreram sucessivas reuniões especiais e de emergência, em que se debatiam as opções de ação por parte do governo dos Estados Unidos. Nesse momento, retratam-se, especialmente, duas vias de resolução e pelas quais o presidente Ken-

⁷ “Em janeiro de 1959, um grupo de guerrilheiros liderados por Fidel Castro e seu companheiro de aventuras, o argentino Ernesto Che Guevara, chegou ao poder em Cuba, depois de impor uma desmoralizante derrota ao regime pró-norte-americano, do ditador Fulgêncio Batista” (SCHILLING, 2002, p. 79-80).

nedy sofria intensa pressão. Por um lado, a opção do setor militar, ou seja, invadir a ilha e possivelmente gerar uma retaliação da União Soviética que geraria, por fim, o conflito armado e nuclear ou, ainda, por outro lado, a opção do quadro mais diplomático, consistente no bloqueio marítimo, denominado de quarentena.

No entanto, o presidente estadunidense tinha, consoante Joseph Nye (2009), três opções de ação, quais sejam:

Uma era atirar, isto é, bombardear os sítios de mísseis; a segunda era um aperto, bloqueando Cuba para persuadir os soviéticos a retirar os mísseis; a terceira era uma barganha, oferecendo-se para negociar algo que os soviéticos queriam, como a remoção dos mísseis americanos da Turquia (NYE, 2009, p. 183).

No dia 22 de outubro, portanto, o presidente John F. Kennedy realizou um pronunciamento na televisão para “mais de 100 milhões de americanos [...], a maior audiência para um pronunciamento presidencial até então” (DOMINGOS, 2013, p. 87). Conforme Domingos (2013), o discurso durou 17 minutos e se estruturou em 7 pontos principais, “em que se destacava o ponto 3, no qual o presidente ampliava a Doutrina Monroe para os tempos da Guerra Fria” (DOMINGOS, 2013, p. 87). Assim demonstrada: “3. A política desta nação irá considerar qualquer lançamento de projétil nuclear de Cuba contra qualquer nação do hemisfério Ocidental como um ataque da URSS contra os EUA” (DOMINGOS, 2013, p. 87).

O incidente do pronunciamento do presidente é destaque ocidental, bem como a negociação para poder angariar um consenso sobre essa extensão na Organização dos Estados Americanos (OEA). Com o objetivo traçado e a vitória unânime na OEA sobre a reorientação da Doutrina Monroe, a ilha de Cuba entra em quarentena. As tratativas e debates chegaram ao âmbito da União das Nações Unidas (ONU) e os embaixadores, representantes dos EUA e da URSS, entraram em uma acirrada disputa retórica e política, em que Stevenson (EUA) venceu Zorin (URSS).

As intensas negociações geraram o envio de duas cartas do primeiro-ministro da União Soviética para o presidente dos Estados Unidos, sendo a primeira no dia 26 de outubro e a segunda um dia após. A primeira propunha a “retirada do armamento nuclear de Cuba em troca do compromisso estadunidense de não mais tentar invadir a ilha” (DOMINGOS, 2013, p. 87). No entanto, a segunda carta alteraria profundamente as negociações e os termos, conforme Castañares (1995):

Nós aceitamos retirar de Cuba aqueles materiais que você qualificou de ofensivos, e podemos comprometer-nos a isso no seio das Nações Unidas. Em reciprocidade, seus representantes farão uma declaração no sentido de que os EUA, considerando as dificuldades e a ansiedade do Estado soviético, retirarão da Turquia materiais ofensivos similares (CASTANÁRES, 1995, p. 547).

Quais seriam as implicações dessa nova reorientação da crise? Ceder aos termos soviéticos produziriam consequências políticas negativas ao governo Kennedy? O debate acerca da atitude a ser tomada frente às condições de Moscou foi intensamente vivido pela gestão Kennedy e seus assessores.

A política de intimidação, nesse momento, era fortemente gerida através das armas de destruição em massa, atingindo pressões intensas e recaindo sobre os EUA e URSS. Por intermédio dessa conjuntura, “os riscos de perder o controle pesaram fortemente sobre o presidente Kennedy, que assumiu uma postura muito cautelosa – na realidade, mais prudente do que alguns de seus conselheiros gostariam” (NYE, 2009, p. 183). Robert McNamara, “o secretário de Defesa de Kennedy, tornou-se mais cuidadoso à medida que a crise evoluía” (NYE, 2009, p. 183), mesmo pensando que a probabilidade da crise gerar uma guerra nuclear fosse remota. Já Douglas Dillon, secretário do Tesouro, “disse que pensou que os riscos de uma guerra nuclear fossem próximos de zero” (NYE, 2009, p. 183) e, por esse motivo, compartilhava da ideia de pressionar mais os soviéticos e assumir mais riscos.

No setor militar, conforme Nye (2009):

O general Maxwell Taylor, o chefe do Estado Maior Conjunto, também pensava que o risco de uma guerra nuclear fosse baixo, e se queixou de que os Estados Unidos deixaram a União Soviética sair facilmente demais da Crise dos Mísseis de Cuba. Ele sustentou que Kennedy poderia ter pressionado mais e ter exigido a remoção do presidente de Cuba, Fidel Castro. O general Taylor disse: “Eu estava tão certo de que os tínhamos sob controle, que nunca me preocupei muito com o resultado final” (NYE, 2009, p. 183).

Dada à realidade da crise e o delineamento de eventos, no entendimento de Nye (2009), “podemos concluir que a intimidação nuclear foi importante na crise e que a dimensão nuclear certamente foi levada em conta no raciocínio de Kennedy” (NYE, 2009, p. 184). A política de contenção também pode ser considerada fator relevante para a resolução da crise, eis que havia uma clara política de intimidação soviética em Cuba. Pois, a ilha se encontra na zona de influência norte-americana dentro dos quadros estratégicos da Guerra Fria e, também, fazia parte das áreas de histórica influência de Washington e a poucos quilômetros do território dos Estados Unidos.

A resolução veio através de negociação, por meio da opção de barganha. O presidente Kennedy envia uma carta ao primeiro-ministro soviético com os termos assim esclarecidos, conforme Castañares (1995):

Nós, por nossa parte, estamos dispostos – mediante o estabelecimento dos adequados acordos realizados através das Nações Unidas para assegurar a continuidade e por em marcha desses compromissos – ao seguinte: a) Levantar imediatamente as medidas de quarentena em vigor; b) Dar segurança contra a invasão de Cuba. Confio em que as outras nações do hemisfério Ocidental estão dispostas a atuar do mesmo modo. O efeito de tal acordo sobre a tensão mundial nos permitirá continuar trabalhando acerca

de um acordo geral referente a “outros armamentos” como você propõe em sua segunda carta que foi feito pública (CASTAÑARES, 1995, p.551).

Então, dessa maneira, “a Crise dos Mísseis, a fase mais quente da Guerra Fria, foi solucionada. Só por isso sabemos que ela existiu...” (DOMINGOS, 2013, p. 88).

Após a crise, e por sua consequência, ocorreu um relativo alívio nas relações entre os Estados Unidos e União Soviética. Sua importância e resolução acabaram por se tornar uma inflexão na Guerra Fria, na política armamentista nuclear, nas relações entre Washington e Moscou, “quase como se os Estados Unidos e a União Soviética tivessem chegado à beira de um despenhadeiro, dessem uma olhada e voltassem cada um para o seu lado” (NYE, 2009, p. 185).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo a pesquisa buscou uma melhor compreensão acerca do papel desempenhado pelas superpotências rivais, Estados Unidos e União Soviética, através da formação da ordem bipolar, no episódio da Crise dos Mísseis. Ademais, objetivou produzir um estudo capaz de possibilitar o entendimento das consequências da Segunda Guerra Mundial na geopolítica e geoestratégia internacional empreendidas por ambas as potências, dentro do contexto de zonas ou blocos de influências por estas liderados.

A partir do recorte histórico-político específico, a Crise dos Mísseis (1962), compreender a política internacional e o *modus operandi* das estratégias das duas superpotências. Outrossim, entender o meio pelo qual a resolução da crise se desenvolveu durante as gestões de Kennedy e Khrutchev, assim como os seus principais assessores, revelando a política por detrás dos tratados e resoluções. Salientou-se, ainda, o papel desempenhado pelas armas de destruição em massa e seu fator político.

Por derradeiro, os principais conceitos então delineados na política internacional da Guerra Fria,

os quais se desnudam deveras importantes tanto na formação da Crise dos Mísseis quanto para sua resolução. Isto posto, e assim revelado, segue o curso da história e das relações internacionais como uma Crise que não mais poderia ocorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Pequena Lição de Realpolitik. Revista Meridiano 47. Nº 95. Junho, 2008.

AVILA, Carlos F. D. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. *Varia História*. Vol. 28. Nº 47. Belo Horizonte: Jan/June, 2012.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILO, Pedro Antonio Martínez. Documentos básicos sobre história de las relaciones internacionales(1815-1991). Madri: Complutense, 1995.

DOMINGOS, Charles S M. 50 Anos da Crise dos Mísseis: Horror nuclear em tempos presentes. *Historiae*. Vol. 4. Nº2. Rio Grande: 2013.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914:1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Saraiva, 2012.

LESSA, Antônio Carlos. História das Relações Internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia científica em ciências sociais. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
NYE, Joseph S. Cooperação e conflito nas relações internacionais. São Paulo: Editora Gente, 2009.

MAGNOLI, Demétrio (Org). História das Guerras. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ORIDES, Mezzaroba; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no Direito. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PENNACCHI, Andrea M. T. George F. Kennan e a política de “contenção” da Guerra Fria. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org). História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHILLING, Voltaire. Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à Alca. 5. Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

CONSTRUÇÃO HOLLYWOODIANA DE UM MUNDO ANTIÁRABE:

o desconcerto de “*Nova York Sitiada*” sob
um xadrez teórico

HOLLYWOODIAN CONSTUCTION OF AN ANTI-ARAB WORLD:
the confusion of “*The Siege*” under a theoretical chess

Ashraf Abdul Jabbar Bajaa Bajaa¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo explicar de forma sistemática o posicionamento da superpotência mundial, Estados Unidos da América, na criação de um mundo árabe perverso e irracional através da sua mais famosa ferramenta de ajustes: Hollywood. Não obstante, o filme *Nova York Sitiada* será o norteador desta análise que estuda o pragmatismo norte-americano através das suas teorias excepcionalistas. Neste contexto, o Orientalismo de Edward Said e a *Linguagem do Império* de Domenico Losurdo operam em uma estrutura teórica para desconcertar a visão norte-americana sobre o mundo oriental, sobretudo islâmico.

PALAVRAS-CHAVE: Hollywood. Orientalismo. Linguagem do Império. Nova York Sitiada. Mundo árabe.

ABSTRACT

This article aims to explain systematically the positioning of the worldwide superpower United States of America in creating a perverse and irrational Arabic World through its most famous setting tools: Hollywood. Nevertheless, the movie *The Siege* will be the guiding of this analysis which studies the North American pragmatism through its exceptionalist theories. In this context, Orientalism of Edward Said and *The Language of Empire* of Domenico Losurdo operate in a theoretical.

KEYWORDS: Hollywood. Orientalism. The Language of Empire. The Siege. Arabic World.

¹Graduando em Relações Internacionais pela ESPM-Sul.
Email: ashraf.bajaa@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O cinema norte-americano é onipresente nas telas compreendidas pelo globo, desde grandes metrópoles a lugares inimagináveis. Seus medos, suas angústias, suas estratégias de poder, seus “inimigos” podem ser facilmente analisados através de interpretações convincentes e emocionantes, onde verdades absolutas muitas vezes são criadas, adaptadas e disseminadas. A Indústria Hollywoodiana é se não o maior, o mais eficaz expoente de proliferação da cultura estadunidense ou das concepções de mundo que esta nação tem em relação às demais. O poder de convencimento dos Estados Unidos é intimamente ligado a sua credibilidade histórica com o mundo e a capacidade de manter ativa as ferramentas do poder, o *hard power* e o *soft power*, simultaneamente, isto é, interagindo de maneira eficiente o seu *smart power* (NYE, 2010).

Ao encontro destas concepções, o *hard power* norte-americano foi o grande precursor nas vitórias políticas, morais e impositórias que este Império conquistou até os dias compreendidos de hoje, através de medidas coercitivas, estratégias políticas assertivas como um todo, apoio e presença em guerras – que outrora era compreensível como tática de defesa, sobrevivência e poder – em uma visão genuinamente realista (MORGENTHAU, 2005). Não obstante, o foco central deste artigo se enquadra na manutenção do *soft power* americano, que é diretamente ligado ao poder de persuadir, delinear interesses entre parceiros no Sistema, execução da agenda internacional e de consolidar credibilidade, consequentemente, conquistando novos aliados e mantendo os tradicionais, seja entre nações pela representatividade de valores políticos tanto no âmbito interno quanto externo ou por ideologias de uma cultura específica e semelhante (NYE, 2010).

Neste último aspecto, Hollywood é umas das ferramentas de massa mais poderosa do *soft power* estadunidense, que vende e incorpora estilos e tendências, principalmente, ideológicas sobre o outro no exterior. Este instrumento é um importante

ditador e propagador de informações, dogmas e representações pautadas nas principais agendas internacionais de grandes nações ocidentais, sobretudo, dos Estados Unidos. A partir de uma análise filmográfica, verifica-se que estas fontes que fomentam as principais obras desta Indústria estadunidense, em grande parte, retratam determinados assuntos recorrentes na época de gravação sob uma ótica unilateral. Ainda neste panorama, é claro e evidente os principais alvos dos Estados Unidos em determinadas fases da história – na Guerra Fria, por exemplo, este diagnóstico é mais contundente. No entanto, os focos centrais destas pautas internacionais, representadas nos filmes, alternam, se estabilizam e voltam a serem temas corriqueiros. É nestas mudanças que o artigo irá se direcionar integrando ao combate que os Estados Unidos da América necessitam expressar através de Hollywood: uma luta travada com o mundo árabe e seus ideais de “práticas ao terror”, apresentando-se como seu atual adversário pós-URSS no seu jogo político (KELLNER, 2001).

Partindo desta breve análise da Indústria hollywoodiana, a centralização do trabalho presente trará as principais noções do inimigo ocidental, das suas crenças e do envolvimento religioso nas suas ações. Como plano de fundo desta temática, o filme *Nova York Sitiada*² traz um importante panorama no que diz respeito a este grupo étnico e relações dos Estados Unidos e árabes em um contexto geral, com um viés político e social. “*The Siege*”, que traduzido para o português brasileiro foi intitulado como *Nova York Sitiada*, assinala mais uma produção neste cenário multiplicador de informações. A obra é uma análise completa dos fatos que antecederam o ano de 1998 e, de certa maneira, desdobra posicionamentos políticos norte-americanos acerca de conflitos no Oriente Médio até as suas estratégias de resolução sobre estes mesmos problemas durante anos posteriores, fatos que comprovam o pragmatismo hollywoodiano nas suas obras, justamente por ser claro e objetivo o seu posicionamento.

²A obra foi produzida por Edward Zwick em 1998 com o roteiro de Lawrence Wright, Menno Meyjes e com parceria do próprio produtor Edward Zwick. A obra é protagonizada por um elenco renomado como, Denzel Washington, Annette Bening, Tony Shalhoub e Bruce Willis.

No entanto, o filme se direciona ao terrorismo como base central do enredo, a obra inicia com cenas de ataques na Arábia Saudita e com o discurso de Bill Clinton contra o terrorismo. A história começa a tomar proporções maiores a partir de um suposto atentado em um ônibus na cidade de Nova York, que foi considerado um aviso para os agentes do FBI, entidade representada pelo Agente Hubbard (Denzel Washington). O incidente com o ônibus de fato não se concretizou como atentado, entretanto, no dia seguinte, um novo contato com supostos terroristas assinala a explosão de dinamites no interior do ônibus, matando civis americanos e efetivando definitivamente a aplicação da Lei Marcial no desenrolar da história.

Assim sendo, o posicionamento hollywoodiano volta a ser peça chave para o entendimento do filme e das ações dos Estados Unidos na sua política externa. Para um maior entendimento, este artigo fará uma apresentação detalhada de algumas cenas pertinentes do filme, que darão uma completude no tema discutido a partir da explanação de teorias excepcionistas norte-americanas. Partindo por estas premissas, um xadrez teórico será instaurado com “teorias exclusivistas” conectadas a Indústria hollywoodiana confrontando com o *Orientalismo* de Edward Said e a *Linguagem do Império* de Domenico Losurdo.

Estes autores e suas respectivas obras concordam com o tema discutido e comprovam, de forma empírica, que a ficção retratada em muitos filmes estadunidenses acerca do mundo árabe, em especial *Nova York Sitiada*, está muito próxima a realidade. Said, nascido em Jerusalém e com formação literária nos Estados Unidos, destacou-se pela criticidade das suas obras em defesa da questão palestina. Já o autor italiano Domenico Losurdo segue em uma linha muito semelhante à de Edward Said acerca do posicionamento do Ocidente perante o Oriente. O autor italiano é conhecido também por construir as suas obras a partir de um posicionamento marxista apontando, quando possível, o caos provocado pelos Estados Unidos no mundo.

De modo que estes autores e as suas obras se complementam, o cruzamento teórico a partir de

alguns apontamentos dos seus livros será feito com três cenas centrais do filme, colocando assim de forma clara como Hollywood apresenta o mundo árabe, bem como as estratégias e interesses políticos dos Estados Unidos. Nestes recortes será possível entender o que Said e Losurdo compreendem sobre os condicionamentos estruturais norte-americanos. E por fim, uma análise do futuro do Império estadunidense hollywoodiano no cenário internacional será instaurada.

INDÚSTRIA HOLLYWOODIANA: *SOFT POWER* COMO IMPLICADOR DE PAUTAS NA AGENDA INTERNACIONAL NORTE-AMERICANA

A combinação dos instrumentos de poder é fundamental para a construção positiva dos países no Sistema Internacional. Os Estados Unidos são o exemplo mais pertinente de sucesso para aquilo que eles exercem como superpotência e de como eles são representados para os seus aliados e até mesmo para os seus rivais. Consoante aos fatos, o artigo se detém na explanação do *soft power* norte-americano como um exemplo bem sucedido da proliferação dos seus ideias e do seu poder de convencimento; sendo este, que vem sendo desacreditado com o surgimento de nações com um considerável poder no meio. No entanto, a nação ainda tida como a mais democrática, e que lança continuamente valores e crenças, é exímia de todos os créditos por muitos e dificilmente será alcançada em questão de representatividade no cenário internacional (NYE, 2010).

Partindo desta análise prévia, esta habilidade dos Estados Unidos de influenciar, e até mesmo manipular ideologias ou fazer desta a melhor, é vista com frequência nas pautas internacionais desta nação e de seus aliados, sobretudo, europeus (NYE, 2010). A indústria cinematográfica, sem muitos esforços políticos, exerce de maneira multiplicadora estas visões, através da ficção, discursos, imagens e ações que influenciam como um todo o aspecto vivenciado nas sociedades, seja pelo consumo de valores ou ideais (KELLNER, 2001).

No caso específico dos Estados Unidos em relação ao mundo árabe estas verdades são criadas constantemente, onde são constituídas posições de valores avessos de uma cultura específica propriamente dita. Sendo assim, a partir de uma análise filmográfica, por uma totalidade, árabes muçulmanos, principalmente, são vistos como inimigos a serem batidos e vencidos pela pátria guardiã da ética e moral no Ocidente. A Guerra do Golfo é um exemplo pertinente, a indústria hollywoodiana utilizou muito de seus recursos para criar um ambiente desarmonioso em uma visão estadunidense com o filme *Águia de Aço I e II*, anos de 1985 e 1988, respectivamente. Vale ressaltar que esta obra, ironicamente, previu a Guerra do Golfo que iria acontecer em 1991 e tinha o Estado de Israel como o principal apoiador. Este filme marca a passagem da União Soviética como alvo e traz o mundo árabe como novo inimigo, sobretudo na imagem de Saddam Hussein e do Iraque. Não obstante, cabe ressaltar que os inimigos norte-americanos trocam de posições conforme o momento do cenário internacional e da sua política externa (KELLNER, 2001).da sua política externa (KELLNER, 2001).

Analisando a estratégia do filme “Águia de Aço” e de como ela estava de acordo com agenda internacional norte-americana da época, é irrefutável não dizer o grande papel exercido por Hollywood. Primeiramente, marca-se a ideia de um mundo antiárabe, que consequentemente, influencia nos aspectos religiosos, assim “condenando” muçulmanos em diversos lugares do mundo a sofrerem tratamentos diferenciados. Outro aspecto importante, de como o *soft power* norte-americano, bem como Hollywood, estão ligados à política externa é a presença do Governo de Israel prestando apoio para a execução do filme – o Estado judaico é aliado estratégico dos Estados Unidos no Oriente Médio (KELLNER, 2001).

Este foi apenas um dos exemplos desta coletânea de filmes desta Indústria cinematográfica que é vasta e objetiva, onde sempre haverá um inimigo. Assim como foi nas edições de *Rambo I, II, III* em 1985; *A Cortina de Ferro* em 1948; *Traidor* em 1949 e *A Ameaça Vermelha* também no mesmo ano fo-

ram apenas algumas obras que retratam o duelo ideológico Estados Unidos x URSS (Capitalismo x Comunismo), por exemplo, que “teve fim” com o esfacelamento desta União. Desde então, podemos perceber a crescente do mundo árabe neste cenário, onde é criada a imagem totalitária de árabes como subumanos e vilões (KELLNER, 2001).

Podemos considerar o auge de inúmeras obras com este caráter, durante os Governos de Reagan e Bush “Pai” até o nosso atual momento político internacional. É importante mencionar, que durante esta linha do tempo, passamos pelo Governo Bush “filho”, onde presenciamos os ataques de 11 de setembro de 2001, fato que fez a indústria hollywoodiana investir incansavelmente no termo “terrorismo” e na produção de obras com altos valores financeiros atuando desta maneira como um dos principais atores nestes conflitos. Ainda nesta linha cronológica, identifica-se que o filme base do artigo presente, *Nova York Sitiada*, que assim como a obra de *Águia de Aço* previu a Guerra do Golfo, profetizou os ataques no *World Trade Center* em 2001.

O PRAGMATISMO HOLLYWOODIANO ENTRELINHAS

A meticulosidade desta indústria é o que faz dela possuir uma estrutura fortificada no cenário cinematográfico e, inclusive, na formulação de paradigmas, de modo que a crença estadunidense fique entrelinhas a partir de um posicionamento assertivo em torno de certas questões que estão entrelaçadas ao direcionamento do país mentor destas produções ditas culturais (KELLNER, 2001). No filme *Nova York Sitiada*, o pragmatismo dos Estados Unidos se torna evidente ao mesclar fatos da vida real das pessoas e suas emoções com ações do país acerca dos conflitos internacionais que a qual se fez presente.

Por conseguinte, os objetivos a serem atingidos na obra passam a ser percebidos em atuações dispersas dos principais astros desta indústria, algo que torna a história verossímil. Assim sendo, dando continuidade ao enredo do filme base, o desenrolar da

história apresenta as proporções dos novos ataques que passam a ocorrer com dimensões maiores na forma como foram arquitetados e com o número de vítimas fatais. A partir de então, inicia-se uma caça aos árabes de Nova York, mais precisamente na região do Brooklyn, em busca de células terroristas na cidade. Ações que trouxeram a obra cenas emblemáticas por mostrar cidadãos americanos de origem árabe sendo capturados inocentemente.

Para tanto, a procura dos culpados pelos atentados somente ocorre de forma generalizada, levando em conta apenas estereótipos, quando é aplicada a Lei Marcial, onde o Exército (representado pela figura de Bruce Willis) passa a atuar com práticas de guerra para atingir o resultado, já que as autoridades civis não conseguiram controlar a situação. A aplicação desta Lei traz outras abordagens relativamente importantes em outros contextos, como o conflito entre o Exército, FBI e CIA, que na obra estas duas últimas passam a atuar juntas para resolver o caso; e um desgosto por parte da população pelo uso do Exército como forma de solução do conflito. Além disso, dentro deste cenário que envolve uma criação de terror em Nova York diretamente associado ao mundo islâmico, outras abordagens são apontadas de maneira secundária, porém, de grande utilidade a partir daquilo que é vendido pelo Ocidente, como, por exemplo o papel da mulher no mundo muçulmano.

Sem embargo, o pragmatismo da indústria cinematográfica norte-americana, por desempenhar de maneira incansável através das grandiosas e premiadas obras quem é o vilão do cenário internacional, vem aos poucos sendo desmitificada. Embora ainda seja uma incontestável ferramenta de persuasão, o acesso à informação e o mundo globalizado faz com o que a população mundial, paulatinamente, possa entender com outros olhos muitas “verdades”. Esta retórica fica implícita na produção de “*Reel Bad Arabs*” do ex-consultor da *CBS News* sobre assuntos do Oriente Médio, Jack Shaheen. O documentário exemplifica em um contexto geral, como Hollywood vilaniza os árabes e muçulmanos nos filmes da indústria ao ponto de colocá-los em outra categoria de civilização.

Todavia, neste ambiente podemos sinalizar que a credibilidade dos Estados Unidos esteja colocada a prova juntamente com o seu *soft power*. Não há dúvidas do papel norte-americano no Sistema Internacional, porém neste cenário outros atores passam a emergir e colocar “em pratos limpos” a lógica do jogo (NYE, 2010). Pode-se assim concluir a tamanha importância de Hollywood para o “Império” norte-americano como tática de defesa. Portanto, em uma análise filmográfica e até mesmo política dos Estados Unidos da América é possível entender que muitos conceitos foram criados e, que consequentemente, afetaram o que poderíamos ter de “harmonia” entre os países. Tomando como exemplos, a forte conceituação do que é o terrorismo e ser terrorista e a caracterização daqueles que pertencem ao “eixo do mal” compactuam para a construção de um viés conjuntural antiamericano, onde Hollywood é uma das principais armas de combate (KELLNER, 2001; TODD, 2003).

TEORIAS EXCEPCIONALISTAS E HOLLYWOOD

Para entender o que hoje é Hollywood e o papel norte-americano no Sistema Internacional é interessante fazer uma análise histórica deste país. Os Estados Unidos após a sua independência passaram a ser um modelo de nação literalmente unida e que se fez presente nas resoluções e atuações dos principais conflitos na esfera global. Fato comprova a “excelência” estadunidense são as suas teorias excepcionalistas, que determinam a forma e a legitimidade desta nação perante as demais, dando-lhe um *status* hegemônico no meio das relações internacionais (FONSECA, 2007). De modo que estas teorias exerceram um importante papel na política externa na época em que foram proliferadas, resquícios destas ainda permanecem na ideologia da principal ex-colônia inglesa. No presente estudo é de grande valia ressaltar o Destino Manifesto e a Doutrina Truman relacionados ao cinema estadunidense. Nas produções cinematográficas as premissas bási-

cas de ambas as ideologias ficam claras partindo, principalmente, pelo posicionamento dos Estados Unidos no período em que estas políticas se incorporaram nas estratégias do país.

O Destino Manifesto teve sua primeira menção em um artigo publicado no ano de 1839 por John L. O’Sullivan, renomado jornalista norte-americano que tinha boas relações com os políticos daquele período. Nesta época, os Estados Unidos já havia se tornado independente da Inglaterra, porém ainda estava em um processo de construção do país por completo, assim sendo, aos poucos as estratégias para expandir e formular a região oeste, bem como o sul do país, passaram a ser pautas cruciais na agenda estadunidense. Tais articulações obtiveram sucesso justamente pelo sentimento de pertencimento à nação e por possuir uma política de vanguarda, onde a primazia era os principais aspectos que constituem ao que se tem de democracia no mundo. Por se considerar necessária a expansão norte-americana, o Destino Manifesto servia como uma explicação ética e moral deste país para integrar as outras regiões, utilizando o artifício religioso no meio deste processo e tendo os Estados Unidos da América como a nação “escolhida e assegurada por Deus” (SCHILLING, 1991).

O’Sullivan ainda divide esta sua análise ideológica em três fases que integraram o Destino Manifesto. No que dizia respeito à primeira fase, os Estados Unidos tinham permissão sagrada pelas práticas expansionistas nacionais. No segundo e no terceiro momento, os ideais democratas norte-americanos deveriam ser transmitidos para o resto da nação e a aquisição de terras era tida como substancial vide o crescimento da população (caso do estado de Louisiana que foi comprada dos franceses que ali habitavam). Não obstante, a ideologia apresentada para perpetuar o território estadunidense sob uma lógica religiosa foi aplicada, inclusive, no âmbito externo onde alguns importantes estudiosos criar-

am obras de cunho global. Como, por exemplo, a publicação *The influence of Sea Power upon History* escrita Alfred T. Mahan³ e que influenciou o então secretário-assistente da Marinha Theodoro Roosevelt a intervir na independência cubana, onde ele destaca a importância dos Estados Unidos em dominar as zonas de influência do Golfo do México e das Antilhas sob a ótica dita pelo mesmo como de “a resolução inviolável da nossa política estrangeira” (DIVINE, 1992).

Além das estratégias geográficas utilizadas valendo-se do Destino Manifesto, os Estados Unidos da América, através dos seus autores, lançaram o modo americano de vida. *The Promise of American Life* (1909) publicada por Herbert Croly⁴, marca a justificativa da intervenção norte-americana nos países latinos. Nesta obra os Estados Unidos eram tidos como uma nação que deveria “pacificar” o continente latino-americano, bem como instaurar os ideais democráticos e um diferente estilo de vida nestes países, em outras palavras, a política estadunidense segundo Croly era de uma “missão civilizatória” no continente. Por trás da política intervencionista, é possível destacar um tom imperialista dos Estados Unidos que tinha por objetivo rivalizar com a Europa na questão colonial. Assim sendo, estes períodos em que estas obras mencionadas foram escritas e que antecederem a Primeira Guerra Mundial é visível a transformação estadunidense no cenário internacional, tendo este se consolidado como uma das maiores potências do mundo no campo político, econômico e social (SCHILLING, 1991).

Dando um salto deste período da história norte-americana para o cenário em que o mundo se via dividido entre ideais capitalistas e comunistas, a Doutrina Truman⁵ foi outra marcante estratégia colocada em cena para sinalizar e defender os interesses dos Estados Unidos. A Doutrina foi lançada em um ambiente em que ideologias e modos de vida eram disseminados, sendo também indicada

³ EdMahan foi oficial da Marinha dos Estados Unidos e é conhecido pelos os seus estudos geoestratégicos. Sua principal obra publicada foi *The Influence of Sea Power upon History*.

⁴ Importante intelectual envolvido com o mundo jornalístico e político, que influenciou inclusive o Presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt.

⁵ A doutrina foi elaborada pelo presidente Harry Truman no ano de 1947.

por alguns estudiosos como o início da Guerra Fria. Assim sendo, o principal objetivo desta política era conter o avanço soviético financiando países capitalistas, principalmente aqueles que foram atingidos pela Segunda Guerra Mundial e viram a sua economia se tornar frágil. Havia um receio por parte dos Estados Unidos de que estas nações poderiam se direcionar a um caminho soviético, justamente pelas suas debilidades econômicas e políticas. Paulatinamente, Estados Unidos e União Soviética rivalizavam o palco internacional na busca de aliados que seguissem as suas crenças (VILLA, 1999).

Doutrina Truman, embora não tivesse sido aceita por uma maioria expressiva no Congresso, foi efetivada. O caráter de país dominante crescia cada vez mais na imagem dos Estados Unidos, já que esta medida daria ao país a responsabilidade de “defender” o mundo do “avanço vermelho”. Consoante ao contexto da época, fato que mais dava credibilidade a América, era que o país saiu da Segunda Guerra Mundial definitivamente como superpotência, utilizando diversas medidas para tornar grande parte dos países do globo como seus dependentes econômicos, exemplo do Plano Marshall, em que os Estados Unidos financiaram a reconstrução da Europa após a mais marcante Guerra do planeta. Seguindo os Estados Unidos, a União Soviética passa a exercer uma importante influência no contexto internacional, sobretudo, no Leste Europeu e países asiáticos. A rivalidade entre estes dois principais atores era nítida que muitas vezes migrava do espaço político para movimentos culturais, esportivos e de cunho científico, tomando como exemplo as Olimpíadas e a ida do homem à lua (VILLA, 1999).

Através destas análises teóricas e conceptivas do ator Estados Unidos da América no campo internacional, é perceptível o posicionamento deste no “jogo”. Estes compostos doutrinários constroem a imagem intervencionista e expansionista estadunidense, fato que é comprovado continuamente nas principais movimentações do país em diversos cenários em que atua. No cinema esta análise é notória, pois a imagem do país sede de Hollywood é “deusificada”, isto é, ser sempre o lado bom de qualquer enredo.

No entanto, muitas vezes no cinema o Destino Manifesto e a Doutrina Truman andaram juntas mesmo que tenham sido disseminadas em fases diferentes. Fase em que isto se tornou muito claro foi na época da Guerra Fria, onde os Estados Unidos era a nação pacificadora e responsável por eliminar aquilo que ela determina como inimigo comum do Ocidente. Neste viés, embora a Doutrina Truman visasse combater o comunismo é possível associar que bases semelhantes a esta política foram mantidas na luta contra o mundo árabe.

Portanto, alguns outros exemplos hollywoodianos além de *Rambo I, II, III* e *Águia de Aço I e II*, mencionados anteriormente, entram nesta linha onde o “cinema faz a história”. As produções *Rocky VI* (1985), *Top Gun* (1986), *A Caçada ao Outubro Vermelho* (1990) e entre outras obras deste cunho anticomunista retrataram o duelo EUA x URSS, tendo como o último filme elencado marcando o fim da guerra ideológica. Após o fim do bloco socialista e o foco cinematográfico direcionado para o mundo árabe, as produções de Hollywood assumem um novo compromisso. Tendo em vista que o islamismo e o ser islâmico são os lados antagônicos das principais obras contemporâneas que o mundo conheceu, definições e criações de conceitos fortemente associados a um grupo étnico e religioso específico se fez muito presente neste ambiente como, por exemplo, o terrorismo.

CIMENTAÇÃO DO CONCEITO “TERRORISMO”: HOLLYWOOD COMO CHAVE-MESTRE.

O filme-base deste presente trabalho, *Nova York Sitiada* (1998), traz este novo segmento do cinema hollywoodiano. O termo terrorismo, principalmente, após os ataques do 11 de setembro, passou a estar associado ao mundo árabe, bem como a religião muçulmana. É nesta análise generalizada que o filme estrelado por Denzel Washington aborda um novo paradigma mundial com viés islamofóbico. Não obstante, árabes na grande parte dos filmes pertencentes a esta indústria, es-

tiveram ora marginalizados nos enredos ora desmitificados sob uma ótica unilateral.

A etimologia da palavra terrorismo vem segundo o latim do sentido de terror, assustar ou causar medo. A primeira menção do termo terrorismo foi no Suplemento do Dicionário da Academia Francesa no ano de 1793, período em que a França vivenciava um regime de terror. A partir de então, grupos que levavam as bandeiras de seus ideais passaram a praticar as suas exigências no ambiente nacional e internacional, exemplos recentes no mundo ocidental são os grupos separatistas IRA e ETA, na Irlanda do Norte e Espanha, respectivamente. No entanto, o que se diz respeito às características do terrorismo pode-se elencar os atos violentos e imprevisíveis, onde é criado um estado de tensão que envolve o psicológico da população envolvida (SUTTI, 2003).

No ambiente jurídico, não existe uma jurisdição que determine de forma global o que é terrorismo, conseqüentemente, esta ausência nesta esfera leva cada país a caracterizar o que ele considera como um ato terrorista. No entanto, um consenso é instaurado pela Organização das Nações Unidas: “Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los”.

Ao passo que o terrorismo seja visto como uma análise doutrinária, uma provável definição jurídica dos atos de terror enquadraria grandes potências neste ciclo. Para manter suas zonas de influências ou defender aliados em regiões estratégicas, muitas potências ocidentais, sobretudo, Estados Unidos e Inglaterra, já estiveram envolvidos naquilo que se pode chamar de práticas de terror. Em Nagasaki e Hiroshima até hoje é possível ver resquícios da Guerra travada com o Japão; no Oriente Médio, o apoio direto destes países a Israel aos constantes ataques em proporções desiguais matando civis palestinos na Faixa de Gaza; a entrada dos Estados

Unidos no Iraque em 2003 sem o aval do Conselho de Segurança da ONU e entre outros (LOSURDO, 2010). De modo que uma conceituação jurídica do terrorismo fosse formada barraria as principais jogadas no tabuleiro político internacional, principalmente dos Estados Unidos. É neste contexto que Hollywood mais uma vez se insere como uma ferramenta histórica neste ambiente.

De forma que a definição das práticas de terror com um viés baseado no direito não seria “inteligente” para as principais potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos, Hollywood de maneira sutil e ao mesmo tempo agressiva transforma aquilo que no meio político se tem como uma série de definições e contradições sobre terrorismo como uma verdade única e direcionada a um grupo específico, principalmente após 11 de setembro. Seguindo nesta linha dos grupos terroristas, em uma análise do cinema dos Estados Unidos, não é possível encontrar em um número expressivo produções contra os grupos IRA e ETA, por exemplo, ou até mesmo das atrocidades cometidas pela Igreja Católica em várias fases da sua história. O fato de eles serem ocidentais pode ser uma das justificativas.

Assim sendo, no caso específico de *Nova York Sitiada* de certa maneira inicia um processo demarcado do “novo terrorismo” onde o mundo islâmico é o principal culpado. Esta nova categoria terrorista direciona a um novo paradigma que pode vir a se voltar contra os Estados Unidos (TODD, 2003). No caso do filme, a busca por células terroristas, bem como a generalização na caça aos culpados pelos atentados, aponta o que muito pode se visualizar hoje: uma denominação global onde terrorismo e islamismo estão entrelaçados. E assim por diante, as produções incorporam uma verdade convincente não somente sobre a temática da guerra ao terror, mas inclusive sobre a construção de características perversas dos árabes, que no caso do filme baseada em cada cena exibida é um montante de afirmações construídas e cimentadas ao longo das mudanças de paradigmas presentes no mundo.

RECORTE FILMOGÁFICO DE *NOVA YORK SITIADA* SOB O XADREZ TEÓRICO DE EDWARD SAID E DOMENICO LOSURDO

No que se representa de embasamento integrativo conceitual, espiritual e ideológico que Hollywood constrói, algumas cenas do filme além de cruzarem com o Destino Manifesto de 1839 e a Doutrina Truman da Guerra Fria, fomentam interpretações empíricas sobre atuações dos Estados Unidos e do Ocidente. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, de Said, e a *Linguagem do Império: Léxico da Ideologia Estadunidense*, de Losurdo, ilustram tais encontros. Neste recorte, a metodologia aplicada será de uma exposição teórica de Said e Losurdo seguida por exemplos enquadrados no filme.

A criação do Oriente sob a imagem perversa, subumana, exótica e que necessita ser dominada é o que reflete nas construções identitárias criadas pelos norte-americanos, seja por meio políticos ou pela prática de instauração do seu modo de vida no sistema, e que no final sempre tendem na desculpa da preservação da segurança internacional. Em outras palavras, os Estados Unidos devem lutar pelo ambiente harmonioso onde a paz é passível de ser destruída a qualquer momento pelos irracionais do outro lado do mundo. Tendo como base esta justificativa, o Oriente nada mais é que uma construção do Ocidente para expandir as suas práticas controladoras e imperialistas. As inúmeras intervenções dos Estados Unidos nos países daquela região são testemunhos reais desta teoria (SAID, 2007).

O ser oriental e a construção árdua estadunidense de alimentar no Ocidente a imagem irreal deste são constantes na conceituação do que é o orientalismo. Ao passo que a associação deste mundo está intimamente ligada aos árabes, sobretudo, aos muçulmanos, os “outros orientes” não são diretamente atacados. Cabe a estas ações ocidentais liderados pelos norte-americanos como um direcionamento político, estratégico e de cunho realista (SAID, 2007). Para ilustrar esta retórica, é lançado o primeiro recorte do filme *Nova York Sitiada*, que fica por conta do discurso do agente Hubbard.

Cena um:

A primeira cena elencada se direciona ao discurso do agente para alguns representantes da estrutura societária estadunidense. Neste momento do filme, três ataques terroristas já haviam sido efetuados na cidade e o Oriente, figurado pelos muçulmanos de Nova York, já eram os causadores do terror. A partir de então em seu pronunciamento representado na Figura 1, o agente da FBI relembra algumas cidades que já presenciaram ataques terroristas como Belfast na Irlanda do Norte e Tel Aviv em Israel, no entanto ele deixa bem claro e de maneira precisa, que Nova York será a cidade que vai lutar de maneira eficaz contra o terrorismo. Para tanto, esta “luta” tão demarcada no filme que os Estados Unidos e Hollywood se propõem a evidenciar se centraliza muito na forma como este país age politicamente dentro da história criando premissas destruidoras em relação ao oriental (SAID, 2007).

Figura 1: Discurso do Agente Hubbard



Fonte: Nova York Sitiada

No que diz respeito ao duelo Ocidente x Oriente e como esta peça criada pelos ocidentais é e foi “encenada” na história é interessante observar como as potências imperiais os retratavam. Todavia, os primeiros contatos efetivos com práticas imperialistas na parte oriental do globo foram na época em que a Europa colocava no mundo a sua rede colonial interligada, onde principalmente o Reino Unido se qualificava como uma das potências mais presente no globo além do seu espaço territorial. Em uma passagem do “*Orientalismo*” de Said sobre o colonialismo no Egito, o autor analisa o pensamento das potências ocidentais acerca desta região do mundo, algo que na lógica e na mudança de cenário do poder foi aprimorado pelos Estados Unidos juntamente com as suas ferramentas para o seu benefício:

O objeto de tal conhecimento é inerente passível de escrutínio; se cresce, muda ou de qualquer outro modo se transforma, como acontece frequentemente nas civilizações, esse objeto é ainda assim um “fato” fundamental, ontologicamente estável. Ter esse conhecimento de tal objeto é dominá-lo, ter autoridade sobre ele. E a autoridade nesse ponto significa que “nós” devemos negar autonomia a “ele”-o país oriental- porque o conhecemos e ele existe, num certo sentido, assim como o conhecemos (SAID, 2007, p.63).

Não obstante, a inserção do Ocidente no Oriente contribuiu para o grande número de desequilíbrios políticos que se tem hoje na região. A análise de “*Orientalismo*” de Said aborda o mundo daqueles que pertencem a este espaço geográfico, no entanto, a população árabe na parte oriental do globo merece um destaque singular. A intervenção europeia e estadunidense eclodiu na discrepância destes mundos e na criação global entre “nós e eles” (SAID, 2007; TODD, 2003).

Consoante a divisão entre os civilizados e não civilizados é criada uma estrutura de superioridade do Ocidente perante o mundo oriental, seja por estarem em um nível intelectual elevado ou por simplesmente estarem situado no lado considerado

sadio do mundo. Ainda nesta análise, em específico sobre o a construção do mundo árabe oriental, Said aponta algumas obras produzidas na Europa, como a *Divina Comédia* de Dante Alighieri onde Maomé, líder do Islamismo, é ridicularizado entrelinhas. Passagem que comprova que os muçulmanos são minados em diversas esferas (SAID, 2007).

Ao passo que a obra “*Orientalismo*” exalta a criação do Oriente a partir de uma lógica do Ocidente. Domenico Losurdo e a Linguagem do Império interagem com as principais concepções teóricas do autor árabe, trazendo ainda contextualizações atuais relacionadas diretamente como os Estados Unidos “conversam” com o mundo, ao ponto que independentemente da esfera em que estiver e na ideologia em que acreditar, a política estadunidense é muito mais do que estar com um grupo de amigos que compactuam da mesma crença, é estar em um seleto campo de aliados onde as forças estão miradas para o Oriente (LOSURDO, 2010). Assim como remetente clássico dos norte-americanos, o mundo árabe é continuamente atacado na obra que baseia esta análise. No segundo recorte construído para este embasamento de Losurdo é apontado uma cena com dois fragmentos que concordam com a percepção do autor italiano sobre a mensagem que os Estados Unidos querem passar para o planeta.

Cena dois:



Figura 2: Reunião para as próximas tomada de decisões quanto aos atentados. Fonte: *Nova York Sitiada* (1998)

Devido os contínuos ataques terroristas na cidade, o exército representado por Bruce Willis é chamado para uma possível intervenção. Entretanto, um ponto interessante desta cena é que no seu início alguns líderes começam a debater quem estaria por trás destes ataques e de prontidão alguns país do Oriente Médio como Síria, Irã e Iraque são apontados. Logo após esta parte introdutória da cena, que de fato não se refere em dizer nada sobre o caos em Nova York e sim apenas deflagrar a região destes países muçulmanos como culpados, o líder do exército deixa bem claro que uma intervenção militar geraria um conflito interno na sociedade, contrariando o posicionamento do representante da presidência da república.

Ainda na cena dois do recorte do filme, a agente da CIA que até então era a personagem Elise Kraft, é apresentada nesta reunião como Sharon Bridger, surpreendendo o agente Hubbard. No entanto, o ponto interessante desta cena é que as outras temáticas políticas dos Estados Unidos, em outros momentos de sua história e que até mesmo não fazem parte do enredo central são mencionadas de maneira sistemática, caso da personagem Sharon Bridger que esteve trabalhando no Iraque durante a

Guerra do Golfo. Segundo apontamento desta cena são as cartas que foram distribuídas sobre o terrorismo, cabe ressaltar que “*Middle East Terrorism*” fica em evidência no decorrer da cena, onde nesta passagem a ideia era explicar como funcionam as estruturas terroristas. O conteúdo da carta era basicamente mostrar que as células terroristas se proliferam e que nunca é possível determinar quando a última foi atacada, ao passo que quando uma é destruída, outras surgem.

Este discurso dos Estados Unidos de apontar o culpado é fortemente passível de análise após os atentados do 11 de setembro. No entanto, na história e na escola realista, os interesses dos Estados sempre se sobressaem a quaisquer outras esferas e neste cenário entre os Estados Unidos confrontando com o mundo árabe a politicagem feita por este primeiro não seria diferente (MORGENTHAU, 2005). O país mais paradigmático da América do Norte é o principal disseminador de rótulos e medos no mundo, onde a verdade por esta criada e apontada por Losurdo como “quem não estiver com a América é automaticamente inimigo da paz e da civilização” é erroneamente aceita por grande parte da sociedade global (LOSURDO, 2010).

Para tais intervenções no Oriente, o travamento dos “ismos” com autênticos fenótipos de práticas de terror devem ser combatidos pelos Estados Unidos, isto é, a missão da América no jogo. O terrorismo e quem são terroristas, bem como o fundamentalismo religioso contemplam várias fases do “campo minado estadunidense”, que muitas vezes poderia estar inserido como um Estado que utilizou das práticas de terror para o seu benefício, no entanto o cenário que foi construído e atribuição do mundo árabe como líder deste movimento são estratégias para “empurrar” para o Oriente as práticas perversas e desumanas, onde no século XXI estas associações passaram a ter um maior vigor (LOSURDO, 2010). Estes levantamentos são descritos de forma representativa e escancarada na última análise do filme *Nova York Sitiada*.

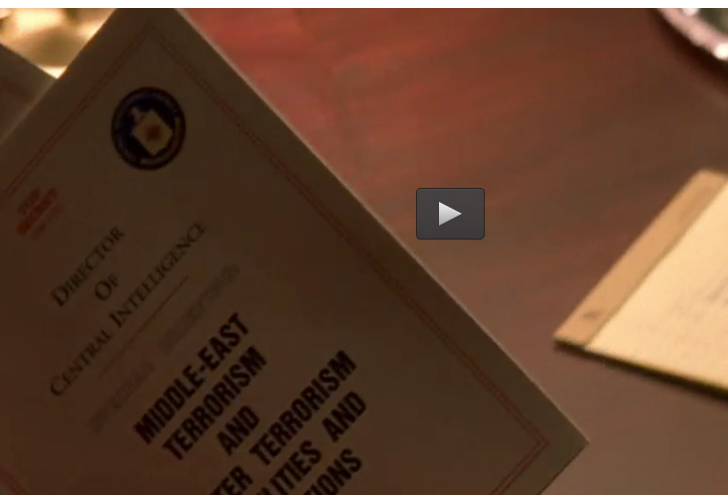


Figura 3: Carta sobre o terrorismo no Oriente Médio.

Fonte: *Nova York Sitiada* (1998)

Cena três:



Figura 4: Apreensão de árabes na cidade de Nova York
Fonte: *Nova York Sitiada* (1998)

Nesta parte a Lei Marcial começa a ser aplicada na cidade de Nova York, pois outro atentado aconteceu na cidade. Assim sendo, táticas de guerra foram colocadas em prática o que dividiu a população. De maneira explícita, o general do exército deixa claro que homens árabes de 15 a 30 anos são alvos e aos poucos literalmente começam a serem caçados e colocados juntos em um estádio de futebol fechado, para que assim se possa analisar com detalhes quem está ou não por trás dos atentados. Ainda neste processo de busca aos culpados, o filho de um dos agentes do FBI, que é de origem árabe, é apreendido, fato que traz uma dramaticidade ainda maior para o enredo.

Portanto, Said e Losurdo entrelaçam conceitualmente as suas análises através das suas principais obras. Assim sendo, após este cenário teórico ligado com as produções cinematográficas, é possível visualizar que Hollywood se faz mais uma vez presente no auxílio da sua mentora. No recorte filmográfico de *Nova York Sitiada*, as cenas apresentadas enxergaram através de *Orientalismo* e da *Linguagem do Império* as suas reais funções no filme. Questões como de ser muçulmano e de pertencer ao outro lado do globo já deram a obra um teor totalmente direcionado, em que o “nós e eles” é mais uma vez fortemente construído através de percepções ocidentais.

EXPECTATIVAS FUTURAS DOS ESTADOS UNIDOS E DE HOLLYWOOD

Os Estados Unidos a partir da virada do segundo milênio passaram a serem instigados perante a esfera global. O país que tanto buscou formas e meios “exemplares” de se estabelecer no meio do fluxo do poder, ou melhor, na liderança deste ciclo como representante do Ocidente, aos poucos estão sendo questionados pela opinião pública mundial em relação ao seu papel neste cenário. O país que antes era caracterizado por ser o protetor dos ideais democráticos e pacificadores criou um mundo desequilibrado e doente a partir das suas construções sob uma via de mão única (TODD, 2003).

A criação do “eixo do mal”, o fundamentalismo terrorista associado ao mundo islâmico e as intervenções estadunidense nos principais conflitos provocados por esta fizeram com que o sentimento antiamericano estivesse mais forte do que nunca. A incerteza passada hoje pelos Estados Unidos não está somente em torno dos países do Oriente, há uma crescente dubiedade do que este país representa para o Ocidente. Tomando como exemplo, após o 11 de setembro, pode-se notar que a clássica aliança entre norte-americanos e europeus passou por um momento de afastamento, podendo-se dizer que a Europa se encontra em um momento de autonomia quanto ao seu posicionamento sobre certos conflitos, como o de Israel e Palestina, tendo o estado judaico extremamente alinhado aos Estados Unidos e vice-versa, e uma Europa dividida acerca do conflito. Estes fatos apresentados mostram que o mundo está cansado da forma como esta nação vem se posicionando. Portanto, no contexto atual o governo estadunidense não pode fechar os olhos para as novas forças dos países emergentes, onde é marcado pela China e um crescimento interessante da Rússia, algoz norte-americano na Guerra Fria (TODD, 2003). Portanto, o que se vê no cenário político é uma alternância de paradigmas que provocam incertezas quanto ao futuro dos Estados Unidos, onde aos poucos divide o título de superpotência com China, que ironicamente é um país do Oriente.

Ao passo que no cenário político a superpotência esteja “pisando em ovos” com estas mudanças, o seu poder de convencimento e de credibilidade também vem sendo afetado o que implica diretamente na aceitação do que é vendido por Hollywood. Sobre a vilanização do mundo árabe, *Reel Bad Arabs*, como mencionado anteriormente, é uma importante crítica feita ao cinema norte-americano e como este se posiciona. O acesso à informação também vem fazendo com que as pessoas assistam as produções estadunidenses com um olhar analítico. No entanto, para confrontar com os Estados Unidos, a indústria cinematográfica da Índia, Bollywood, protagoniza como a maior produtora de filmes no mundo, frisando mais uma vez a presença do Oriente em áreas de dominância americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados Unidos da América se faz muito presente nas principais questões globais. O conjunto de ferramentas do *soft power* que estão por trás desta superpotência é o fator delimitante do seu posicionamento no contexto internacional, onde Hollywood atua com o propósito de desvendar e criar verdades nas diversas fases da linha cronológica mundial. Neste contexto, o cinema do país cria a história a partir do olhar unilateral sobre constatações feitas por esta.

Os enredos das produções hollywoodianas traduzem o marcado pragmatismo desta indústria, que sempre quando lhe é conveniente coloca o inimigo dos Estados Unidos em evidência. Durante a Guerra Fria era perceptível como a União Soviética era batida e desconstruída através de inverdades criadas por Hollywood. No entanto, com a esfacelamento desta no Sistema Internacional, o mundo árabe tornou-se então o alvo do Império (KELLNER, 2001). Neste contexto, as produções americanas ainda se valem de teorias excepcionalistas para explicar tais criações políticas da sua mentora, onde a figura do Destino Manifesto na concepção de que a América

carrega a missão pacificadora em uma visão extremamente expansionista ainda se faz presente, bem como a Doutrina Truman trabalhada sob outra perspectiva, tendo em vista que esta visava conter o comunismo, isto é, embora estas políticas visassem atingir os objetivos da época em que foram difundidos, é possível estender estas concepções para o mundo islâmico.

Para tanto, *Nova York Sitiada* foi a produção do cinema norte-americano escolhida para apresentar de maneira sutil como os Estados Unidos fazem o uso da sua mais importante estrutura do poder brando para cobrir as suas novas extensões de interesse. O filme traz de maneira global os principais conjuntos doutrinários e posicionais dos Estados Unidos acerca do mundo árabe. Assim sendo, o empirismo da presente análise ficou por conta do recorte filmográfico feito através das análises de *Orientalismo* de Edward Said e *Linguagem do Império* de Domenico Losurdo. Por conseguinte, as obras se mesclam e concordam em muitos pontos abordados nas cenas apresentadas quanto à criação negativamente demasiada que o Ocidente faz do mundo oriental, sobretudo árabe e islâmico.

Partindo desta análise, observou-se que o Império aos poucos está se deparando com as consequências de seus atos no momento presente e poderá continuar se confrontando no futuro. A superpotência que muito fomentou a criação de um ambiente desarmonioso no Oriente – por inúmeras intervenções justificadas através de conceituações cimentadas por ela como o terrorismo e o fundamentalismo religioso, hoje passa por um revés (TODD, 2003; LOSURDO, 2010). Os Estados Unidos estão muito distantes de exercer a sua influência de poder que exerciam outrora, não obstante, é irrefutável tirar esta superpotência do cenário, visto que ela ainda representa uma das forças no cenário internacional. Esta mesma compreensão lógica pode ser feita em relação ao futuro de Hollywood, já que muitas verdades criadas são colocadas à prova devido à forma ágil como as informações correm no mundo. Para concluir

em outras palavras, tanto Estados Unidos quanto a sua indústria cinematográfica visualizam um futuro rodeado por incertezas e desafios vindo do “lado não sadio do mundo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIVINE, Robert A. América: Passado e Presente. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

FONSECA, Carlos. “Deus Está do Nosso Lado”: Excepcionalismo e Religião nos EUA. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2007.

KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

LOSURDO, Domenico. A Linguagem do Império: Léxico da Ideologia Estadunidense. São Paulo: Boitempo, 2010.

MORGENTHAU, Hans et al. Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace. New York: Paperback, 2005.

NOVA YORK SITIADA. Direção de Edward Zwick. Produção de Edward Zwick. Roteiro: Lawrence Wright. Nova York, 1998. Color. Legendado.

NYE, Joseph. The Future Of Power. New York: Paperback, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Brasil: ONU, 2014. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-terrorismo/>>. Acesso em 05 de nov de 2014.

REEL BAD ARABS: How Hollywood Vilifies People. Canadá: 2007. Disponível em: <<http://www.reelbadarabs.com/>>. Acesso em 30 de out 2014

SAID, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHILING, Voltaire. Estados Unidos x América Latina: As Etapas da Dominação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SUTTI, Paulo; SILVIA, Ricardo. As Diversas Facies do Terrorismo. São Paulo: Harbra, 2003.

TODD, Emmanuel. Depois do Império: A Decomposição do Sistema Americano. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2003.

VILLA, Rafael Duarte. Da crise do realismo à segurança globalmultidimensional. São Paulo: Hucitec, 1999.

O BRASIL E A CAMPANHA POR UMA CADEIRA PERMANENTE NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU:

análise dos discursos nos governos de Fernando
Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva

BRAZIL AND THE CAMPAIGN FOR A PERMANENT SEAT ON THE UN
SECURITY COUNCIL: analysis of speeches in the governments of Fernando
Henrique Cardoso and Luiz Inacio Lula da Silva

Jorge Felipe Alves Dietrich¹

RESUMO

A diplomacia brasileira, desde o ato de criação da ONU, busca ser representada através de uma Cadeira Permanente no Conselho de Segurança da ONU. Com isso, o presente artigo tem como objetivo principal analisar a forma discursiva dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva nessa campanha. Dessa forma, abre o debate para o modo como os ex-presidentes conduziram suas políticas externas, a partir dos discursos elaborados nas Sessões Ordinárias da Assembleia Geral da ONU. Assim, conclui-se com o fato de que, ainda que ambos os governos não tenham conquistado seu objetivo, seus discursos apresentaram uma evolução no pensamento internacional acerca do tema supracitado.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa. Conselho de Segurança. Análise de Discurso. Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio Lula da Silva.

ABSTRACT

Brazilian diplomacy, since the creation of the UN, intends to be represented through a Permanent Seat at UN Security Council. Hence, the present article has the aim of analyzing the discourses adopted by the Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva administrations regarding this campaign. Thus, it opens the debate about the way the former presidents conducted their foreign policy, by their speeches in the UN General Assembly. The article concludes that, even though both governments have not reached their goal, the speech made an evolution in the international thinking about the theme above.

KEYWORDS: Foreign Policy. Security Council. Speech Analysis. Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio Lula da Silva.

¹Graduando em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande do Sul (ESPM-Sul).
Orientador: Prof. Dr. Cristian Job Salaini. E-mail para contato: jorgefdietrich@msn.com.

O Brasil, há 20 anos, é marcado por uma dualidade política em nível nacional: de um lado, o Partido dos Trabalhadores (PT), com a figura máxima do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, do outro, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo seu maior ícone Fernando Henrique Cardoso. Ainda que essa dualidade permaneça até a atualidade, um fator na política externa brasileira impera desde os tempos de criação da Liga das Nações, berço para a futura criação da Organização das Nações Unidas (ONU): a busca por uma Cadeira Permanente no Conselho de Segurança da ONU (ARRAES, 2005).

Essa tentativa incessante pode ser alcançada, principalmente, através de uma reforma no Conselho de Segurança, como afirma a própria diretriz da Política Externa do Ministério das Relações Exteriores. E, ainda que essa reforma não tenha saído do papel e provavelmente demorará a sair, certamente é um dos temas mais debatidos por governantes nas relações internacionais (BRIGIDO, 2010).

A pretensão por um assento permanente alternou avanços e retrocessos, construídos a partir de diferentes discursos adotados pelos governos brasileiros. Mas foi somente em 1994, através do governo Itamar Franco, que o Brasil candidatou-se a uma vaga permanente no Conselho de Segurança (ANDRADE, 2011). Após essa candidatura, os governos de Fernando Henrique Cardoso e principalmente de Lula apostaram fortemente nesse tema, como triunfo principal de um governo cuja política externa supostamente só sairia plenamente vitoriosa se conquistasse sua obsessão (JAKOBSEN, 2013).

É claro, contudo, que devido a divergências políticas, o campo da política externa entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula também apresentou diferenças. Ao passo que, em linhas gerais, o primeiro preocupou-se a alinhar-se

mais com os Estados Unidos e Europa (LAMPREIA, 1999), o segundo forçou-se mais a estabelecer relações com os vizinhos latino americanos, dando destaque ao Mercosul, por exemplo. Isso resultou em apresentações de discursos diferentes, ainda que possuíssem algumas semelhanças, no tema comum supracitado no artigo.

O presente trabalho tem como objetivo esclarecer as divergências entre os discursos para a tentativa do substrato normativo da política externa brasileira². Os discursos a serem analisados serão extraídos das Sessões Gerais da Assembleia Geral da ONU, realizadas anualmente, e que desde sua criação apresenta o Brasil como representante do discurso inicial (SILVA, 2009). O motivo pela escolha é, primeiramente, o fato de as atenções de todos os atores internacionais estarem inteiramente voltadas à Sessão no momento em que está ocorrendo e, também, a legítima eficácia desses discursos em corroborarem a conjuntura da política externa brasileira (CORREA, 2007). Deve-se salientar que a Análise do Discurso será feita nos momentos em que o governo aplicou seu discurso à tentativa de buscar uma Cadeira Permanente no Conselho de Segurança.

Desse modo, através da metodologia de Análise do Discurso, embasada principalmente na teoria dos autores Pêcheux e Maingueneau, o artigo busca refletir sobre o questionamento: *Quais as principais diferenças, dado seus diferentes contextos históricos, sociais e econômicos, entre os discursos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula na busca por uma Cadeira Permanente no Conselho de Segurança da ONU?*

É importante salientar, ainda na metodologia proposta no trabalho, que a Análise do Discurso, diferentemente da Análise do Conteúdo, busca uma maior aproximação entre o discurso adotado e o seu contexto social inserido. Conforme explicado por Rocha e Deusdará (2005, p. 4),

² O conceito de substrato normativo da política externa foi utilizado por Costa (2008), o qual seria a busca pela Cadeira Permanente no Conselho de Segurança da ONU. Costa define esse substrato normativo como uma linhagem seguida pelo Itamaraty que tem como característica não ser escrito, ou seja, não é uma norma e nem pode ser positivado, mas que ainda assim é seguido e compartilhado.

“A Análise do Discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeçadas pelo contexto ideológico. A Análise do Discurso, portanto, pretende não instituir uma “nova linguística”, mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, à perspectiva “tradicional”, da Análise de Conteúdo”.

Desse modo, antagonicamente à Análise do Conteúdo, no qual o pesquisador busca um maior distanciamento ao discurso, buscando um determinismo e uma neutralidade que certamente é impossível (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005), a Análise do Discurso busca compreender não somente o discurso e sua linguagem. Ele acena, também, para todo o contexto e relação histórica no qual o discurso está inserido (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005). Além da metodologia da Análise de Discurso, a fim de compreender o contexto de cada discurso analisado, o presente artigo também se baseará em pesquisas bibliográficas, a fim de validar a epistemologia do cenário de cada discurso (GIL, 1999), principalmente as de Brigido (2010), Correa (2007), Lampreia (1998, 2010) e Amorim (2010).

Por fim, o trabalho dividir-se-á em quatro tópicos principais, em ordem cronológica. No primeiro, serão analisados os antecedentes históricos à Criação da ONU, desde os tempos da Liga das Nações, preocupando-se também em compreender como opera a ONU e, principalmente, o Conselho de Segurança. No segundo, será proposto o porquê da obsessão política do Brasil na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança e a relação dos governos brasileiros para com as propostas da ONU.

O terceiro e quarto tópicos correlacionam-se entre si. O terceiro analisará os discursos feitos por Fernando Henrique Cardoso na busca de um assento permanente no Conselho de Segurança, ao passo que o quarto tópico se debruçará nos discursos realizados por Lula, sobre a mesma questão. Ambos os tópicos buscarão realçar pontos

positivos e negativos e como isso impactou para a pretensão brasileira. É importante salientar, ainda, que esses tópicos serão introduzidos por uma breve análise socioeconômica da época, a fim de não se desprender da teoria da Análise do Discurso. Por fim, o último tópico abrangerá as principais diferenças entre os discursos de ambos os governos supracitados, para a consequente realização das Considerações Finais.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS QUANDO DA CRIAÇÃO DA ONU E O CONSELHO DE SEGURANÇA

A ONU apresenta suas primeiras representações na Liga das Nações, datada no ano de 1919 (BARACUHY, 2005). Essa organização foi criada principalmente para buscar a paz mundial, pós I Guerra Mundial, por meio da teoria de segurança coletiva. Como afirma Brigido (2010, p. 18),

“A Liga das Nações (...) foi criada com o objetivo de ser uma organização permanente de Estados, com a finalidade de manter a paz, por meio de um sistema de segurança coletiva (...). Se um Estado Membro da Liga cometesse ato de guerra contra outro membro, tal ato significaria ato de guerra contra os demais membros.”

Essa premissa básica supracitada, contudo, não havia como ser plenamente aplicável na prática, uma vez que cada país possui seu próprio interesse (BRIGIDO, 2010). Além disso, de acordo com a Carta expressa da Liga das Nações, a guerra continuou sendo juridicamente legítima, ainda que fosse o último recurso a ser utilizado pelos países, em caso de fracasso dos meios diplomáticos (GARCIA, 2000). A legitimidade da guerra, aliada à inaplicável premissa básica da Liga, não evitou que diversos conflitos eclodissem no mundo, nas décadas de 1920 e 1930 (BRIGIDO, 2010), até a iminente eclosão da II Guerra Mundial.

A II Guerra Mundial marcou a derrocada da Liga das Nações. Além dos motivos já citados, contribuiu também para seu fracasso o fato de que, no ato da criação da Liga, as nações derrotadas na I Guerra Mundial não foram incluídas (BRIGIDO, 2010) e, mesmo que a ideia de criação tenha partido do então presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, o senado do país não aceitou a entrada na organização, por querer adotar uma política de isolamento (SAMPAIO; RUSSO, 2011).

Não obstante o seu iminente fracasso, a Liga das Nações representou uma revolução no que tange à segurança e à paz mundial. A organização ditou um novo paradigma nas relações internacionais, perdurando mesmo pós-II Guerra Mundial, com a consequente criação da Organização das Nações Unidas (PATRIOTA, 2010). Em 1943, através de um encontro formado pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, do Reino Unido e da União Soviética, as principais potências mundiais na época, dar-se-ia o início das reuniões para a formação da ONU, através da assinatura desses países no Pacto de Moscou, que reuniria a China mais além (XAVIER, 2005).

As negociações entre Estados Unidos e Reino Unido foram de imediato aprovadas por ambas as partes, devido ao forte alinhamento entre suas políticas externas (SAMPAIO; RUSSO, 2011). Já o maior empecilho ocorreu nas tratativas entre a União Soviética e a China (BRIGIDO, 2011), uma vez que a URSS tinha um pacto firmado com o Japão e de não desejar que potências regionais, caso da China no momento, pudessem ter tamanha importância no novo órgão (GARCIA, 2011). Entretanto, era fundamental a criação de uma organização internacional que pudesse restabelecer a paz mundial. Foi então que, em 26 de junho de 1945, foi assinada a Carta de Criação da ONU, com a mesma entrando em vigor no dia 24 de outubro de 1945 (CARTA DA ONU, 1945).

No ato de criação da ONU, foi estabelecido que o Conselho de Segurança seria formado pelos quatro países em questão, acrescido da França como membros permanentes, que possuem direito a veto nos

processos decisórios, além de mais seis membros não-permanentes, a serem escolhidos pela Assembleia Geral de acordo com sua geografia, que teriam permanência de dois anos sem direito a reeleição, que não possuem direito a veto (BRIGIDO, 2010). Somente em 1965, devido ao grande aumento no número de países-membros da ONU, que passara de 51 no ato de sua criação, em 1945, a 117 em 1965 (GIACON, 2010), que ocorreu a única reforma no Conselho de Segurança, que passou a ter 10 membros não-permanentes, ainda que os permanentes tenham permanecido inalterados (CONCEIÇÃO, 2009). Como função principal, caberia ao Conselho de Segurança, então, a incumbência de realizar a principal diretriz da ONU: a manutenção da paz internacional (GARCIA, 2013).

É importante ressaltar, ainda, que o Conselho de Segurança não pode interferir em assuntos internos dos Estados. Contudo, dentre os órgãos principais da ONU, é o único capaz de violar a soberania e o princípio de não-intervenção em um país (BRIGIDO, 2010), caso ele julgue em suas decisões que um país está comprometendo a ordem internacional. Percebe-se, assim, a importância do Conselho de Segurança para com as relações internacionais, evidenciando-o como uma peça fundamental no jogo geopolítico mundial.

BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA

O Brasil, desde os tempos da Liga das Nações, pleiteou um lugar permanente no Conselho de Segurança, então chamado de Conselho Executivo. No governo de Artur Bernardes, após a retirada dos Estados Unidos do Conselho da Liga das Nações, o Brasil candidatou-se a membro permanente no Conselho (SANTOS, 2003). Entretanto, o fraco discurso adotado pelo governo que já possuía diversos problemas internos (BRAGA, 2008), baseado principalmente em ser o principal articulador da América Latina, resultou em um apoio praticamente nulo dos Estados pertencentes à Liga das Nações, principalmente dos europeus e latino-americanos (SANTOS, 2003).

No que tange à ONU, o Brasil talvez tenha sido o país que mais próximo chegou de conquistar uma sexta cadeira permanente quando nas tratativas entre as potências Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética para a criação da ONU (GARCIA, 2011). O então presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, foi quem ventilou a possibilidade de elevar o Brasil a membro permanente, muito em razão do apoio do governo de Getúlio Vargas aos Aliados na Segunda Guerra Mundial e o fato do Brasil ser considerado um “bom vizinho” pelo governo estadunidense (GARCIA, 2013).

No entanto, o entendimento dos governos britânico e russo era de que não se deveria, no momento, passar o poder de possuir a autoridade de assegurar a paz mundial a Estados que não fossem potências mundiais (BRIGIDO, 2010), ainda que a China e a França também estivessem nas discussões para a formação do Conselho de Segurança. Ainda que o Brasil tenha visto sua inclusão no Conselho de Segurança ser frustrada, percebe-se que desde então o país passou a atuar fortemente na ONU e no Conselho de Segurança.

O Brasil, atualmente, contribui com 56 milhões de dólares anuais para a ONU, sendo o décimo país que mais financia a organização (ONU, 2014). Além disso, o Brasil está participando de nove das 15 Operações de Paz existentes no mundo, com um contingente militar de 2.200 pessoas a serviço da ONU nessas operações (ONU, 2012). Entretanto, o Brasil participa de apenas 0,3% do total arrecadado pela ONU para realizar as Operações de Paz (ONU, 2014).

No que tange em participações como membro não-permanente do Conselho de Segurança, o Brasil, ao lado do Japão, é o que mais tempo ficou, tendo se estabelecido como membro em 10 ocasiões, totalizando 20 anos (BRIGIDO, 2010). Desse modo, pode-se inferir que, ainda que o Brasil contribua para com a organização, a lacuna de diferença diante dos membros permanentes continua sendo grande.

ANÁLISE DO DISCURSO DO GOVERNO FHC – 1995 A 2002

Ao realizar a Análise de Discurso, é fundamental, primeiramente, perceber o contexto em que o discurso está inserido (PECHEUX, apud ROCHA; DEUSDARÁ, 2005). Desse modo, no início de seu governo, Fernando Henrique Cardoso tinha como principal missão estabelecer uma estabilidade na política econômica brasileira (TEIXEIRA; PINTO, 2012). Assim, a fim de que seu governo pudesse realizar melhorias em outros setores, incluindo a política externa, era de suma importância que a economia brasileira acelerasse, tendo sua inflação controlada, pois o país enfrentava níveis inflacionários de mais de 700% ao ano, acarretando em problemas internos que consequentemente afetavam a política externa brasileira. Através do Plano Real, principal diretriz de seu governo, FHC conseguiu a sonhada estabilidade econômica, abrindo espaço para as atuações governamentais em outros campos (VIZENTINI, 2005).

Por ser pertencente e um dos fundadores de um partido que atualmente atua no campo de centro-direita da política brasileira, o PSDB, FHC adotou em seu governo políticas neoliberais (TEIXEIRA; PINTO, 2012), buscando um maior número de investimentos externos, a exemplo das diversas estatais que foram privatizadas, como a Vale. Devido ao fato de o Brasil estar mais suscetível ao capital estrangeiro e também de adotar políticas neoliberais, um alinhamento maior com as potências ocidentais acabou por ser recorrente (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2003).

É importante salientar também a mudança nos paradigmas internacionais, que obrigavam o Brasil a modificar sua postura externa (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2003), que já não satisfazia as proporções em que o país gostaria de estabelecer-se em âmbito mundial. Conforme demonstra Lampreia (1998),

“Vivemos em um mundo muito mais complexo do que aquele no qual operavam nossos antecessores, um mundo em que há numerosos desdobramentos positivos, mas também

outros de cunho negativo. Há facilidades maiores, mas também novas dificuldades. Essa realidade precisa ser bem compreendida por países como o Brasil que devem buscar uma interação cada vez mais proveitosa com o meio internacional e, ao mesmo tempo, aumentar sua capacidade de participar com influência dos processos decisórios mundiais.”

Em 1995, ano em que FHC tomou posse como Presidente da República, tanto o Brasil quanto o mundo viviam momentos novos: ao passo que o Brasil estava ainda em processo de redemocratização, a queda do Muro de Berlim em 1989 gerava uma maior atenção aos Estados Unidos como maior potência mundial (LAMPREIA, 1998). Além disso, o avanço de instituições e grupos econômicos eram evidentes, como o Mercosul e a NAFTA (LAMPREIA, 1998), à medida em que a globalização crescia com mais fontes de informação e mecanismos de comunicação mais velozes, o que teve como consequência uma mudança na postura da diplomacia brasileira: em vez de buscar uma autonomia do país via distanciamento, o Brasil agora passava a adotar a diretriz de buscar autonomia via integração (FONSECA JR., 1998), gerando um engajamento internacional pró-ativo (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2003).

Deve-se observar também o declínio do *Hard Power*, ainda que sutilmente, e o aumento do *Soft Power* (NYE, 1990) como mecanismos para manter a ordem mundial (KHANNA, 2007). Desse modo, é possível dimensionar o crescimento da importância da ONU, especialmente do Conselho de Segurança nas relações internacionais. Com isso, os discursos dos governos brasileiros na Sessão Geral da Assembleia Geral durante o governo FHC tenderam a uma temática de elevar o Brasil a um país que busca ter boas relações internacionais com todos os países do mundo (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2003), sempre se pondo como um Estado de grande desenvolvimento, sendo uma ponte para conflitos internacionais, como no caso de Equador e Peru em 1997, além de ser uma grande democracia (CORREA, 2007 p. 608).

Durante o governo de FHC, oito discursos, compreendidos entre os anos de 1995 e 2002, foram

realizados na Cúpula da ONU. Desses discursos, apenas um foi realizado pelo próprio presidente. Nota-se, assim, a importância de Luiz Felipe Lampreia, ex-chanceler brasileiro e que discursou seis vezes durante esse período (CORREA, 2007). No universo conceitual do Discurso adotado pelo Brasil, nota-se com mais frequência os termos reforma da ONU, *multilateralismo e unilateralismo, governança, protecionismo, globalização, integração e democracia* (SILVA, 2009).

Em seu primeiro discurso na Assembleia Geral da ONU, coincidentemente a 50ª Sessão Ordinária da Assembleia, Lampreia levantou a hipótese da Reforma da ONU, em especial no Conselho de Segurança como um tema de vital importância para a renovação da organização, uma vez que sua organização ainda retomava ao contexto global pós II Guerra Mundial. Ainda que o Brasil não tenha dado hipóteses de como poderia ser realizada essa Reforma, Lampreia (1995) pediu para que a ONU passasse a repensar sua temática no novo século XXI,

“O surgimento de novas potências econômicas e de um número de países em desenvolvimento com projeção global alterou significativamente a dinamicada política mundial. Esses atores chegaram ao primeiro plano do cenário internacional e devem estar presentes no núcleo de membros permanentes, de modo a que a composição do Conselho se torne mais equilibrada e reflita melhor a diversidade de visões de mundo. (...) A reforma não envolve o prestígio individual de qualquer país, mas sim o prestígio do próprio Conselho de Segurança.”

É importante observar o modo diplomático que o Brasil adota esse discurso, a fim de não comprometer suas relações com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Em 1996, novamente foi levada em pauta a Reforma na ONU, mas foi em 1997 que Lampreia adotou o discurso talvez mais robusto sobre o tema supracitado, muito em razão do fato de que Kofi Annan, aberto a possibilidades de reformas, passou a ser o Secretário Geral da

ONU (CORREA, 2007). Assim, o governo de FHC saía do campo idealista para finalmente apresentar uma proposta concreta de Reforma no Conselho de Segurança. Como afirmou Lampreia (1997),

“O Conselho deve ser ampliado tanto nos seus membros permanentes, para contemplar o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento, quanto não-permanentes, para dar uma participação mais freqüente aos países interessados. Repudiamos toda discriminação na concepção ou preenchimento desses novos assentos. Não devemos criar uma terceira ou uma quarta categoria de membros, porque isso enfraqueceria ou desvalorizaria a participação do mundo em desenvolvimento e da América Latina em particular no processo de reforma ou no futuro Conselho ampliado. Nesse caso, o Brasil está determinado a desempenhar a função de membro permanente em representação da América Latina e do Caribe. (...) Reforma tornou-se, mais do que um conceito-chave, uma palavra de ordem nas Nações Unidas em 1997.”

Nos discursos subsequentes, a temática do discurso permaneceu inalterada, com o Brasil questionando a forma atual de composição do Conselho de Segurança da ONU, mas sem entrar em questões do modo como essa Reforma deveria acontecer e sem entrar em conflito com nenhuma potência que está presente como membro permanente do Conselho de Segurança. Em 2001 ocorreu o único discurso realizado por FHC. Devido a reformas ministeriais em sua reeleição, Lampreia dera lugar a Celso Lafer (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2003), mas a temática geral da atuação da diplomacia brasileira para com uma tentativa de abranger uma Cadeira Permanente da ONU permaneceu inalterada.

Sendo assim, deve-se inferir que o discurso adotado durante os 8 anos de governo FHC a principal forma de comunicação do parecer brasileiro quanto ao Conselho de Segurança permaneceu abrangendo o discurso salientando mais o *Soft Power* e as boas relações brasileiras no âmbito diplomático, le-

vando-se em conta seus esforços em assuntos em ascensão no contexto de pós-Guerra Fria, como democracia, política do desarmamento, em favor do meio ambiente, além de se engajar junto à democracia. Como pode ser inferido no discurso de Fernando Henrique Cardoso (2001),

“A força da ONU passa por uma Assembleia Geral mais atuante, mais prestigiada, e por um Conselho de Segurança mais representativo, cuja composição não pode continuar a refletir o arranjo entre os vencedores de um conflito ocorrido há mais de 50 anos, e para cuja vitória soldados brasileiros deram seu sangue nas gloriosas campanhas da Itália. Como todos aqueles que pregam a democratização das relações internacionais, o Brasil reclama a ampliação do Conselho de Segurança e considera ato de bom senso a inclusão, na categoria de membros permanentes, daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje.”

ANÁLISE DO DISCURSO DO GOVERNO LULA – 2003 A 2010

A expectativa de mudança do paradigma do governo brasileiro era evidente quando Lula assumiu o poder (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Pertencente do Partido dos Trabalhadores, de cunho esquerdista, era evidente que Lula abordaria aspectos diferenciados do seu antecessor no que tange a economia e política externa. Internamente, o Brasil passava um momento de estabilidade, o que deu a Lula a liberdade em usufruir desse aspecto em prol do lado social (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011), como a implementação do Fome Zero e Bolsa Família, sendo esse último um dos maiores pilares políticos da Era Lula. Ainda que a perspectiva fosse de uma grande ruptura para com as políticas econômicas, o governo Lula deu continuidade a muitos aspectos econômicos, o que gerou ainda mais estabilidade para que o governo aplicasse suas ideologias (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Assim,

mesmo sob desconfiança inicial do empresariado em geral, Lula soube dialogar com o mesmo, tendo participado do Foro Social em Porto Alegre e do Foro Econômico Mundial em Davos logo no seu primeiro ano de mandato (CORREA, 2007).

Levando-se em consideração o contexto internacional, o mesmo não fora totalmente alterado, como pode ser observado na mudança que as relações internacionais passavam durante o governo FHC (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011): o Hard Power continuava decaindo lentamente, as trocas de informação tornavam-se cada vez mais rápidas, o que acentuava a globalização, além do fato da multipolaridade estar ainda mais presente, juntamente com a afirmação dos blocos econômicos regionais.

Dessa forma, pode-se observar uma maior ruptura entre o governo de FHC e Lula na questão da política externa (VIZENTINI, 2005). Assim como FHC, pessoalmente Lula também tinha um gosto especial pela política externa (SILVA, 2009). Sendo assim, é importante observar as diferenças na postura do Brasil nas relações internacionais: Lula passou a adotar o sistema de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), buscando ampliar as relações bilaterais e multilaterais brasileiras mesmo em regiões esquecidas pelo governo FHC, como a África, ainda que a idéia de que o Brasil deveria passar a imagem de um atenuador dos conflitos internacionais e de que o país mantém compromissos importantes para com diversas regiões do planeta tivesse sido mantida.

Quanto aos oito discursos adotados pelo governo Lula na Assembleia Geral da ONU, é importante enfatizar que Lula discursou em seis deles, ao passo que seu chanceler Celso Amorim discursou duas vezes, em 2005 e 2010. Em 2003, seu primeiro ano de governo, Lula manteve a mesma retórica de FHC no que se refere ao Conselho de Segurança, ainda que o presidente tenha colocado outras pautas a serem discutidas de modo mais amplo, como a integração regional e os aspectos sociais. Seguindo o discurso de Lula (2003),

“É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua – em especial no que se refere aos membros permanentes – composição não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase sessenta anos. Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes muitas vezes exercendo papel crucial na busca no cenário internacional de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos.”

Em 2004, Lula apresentou seu discurso muito baseado na miséria mundial (CORREA, 2007), novamente levantando a ideia de renovação do Conselho de Segurança, em razão do mesmo não acompanhar as mudanças nas relações internacionais. Foi em 2005, então, que, sob discurso do Ministro Celso Amorim, o debate da Reforma no Conselho de Segurança ganhou grande destaque, uma vez que dias antes da realização da Reunião Geral da Assembleia Geral da ONU havia sido concretizada a Reunião da Cúpula do Conselho de Segurança, com participação de Lula e que tinha dado continuidade a assuntos referentes à mudança no Conselho de Segurança (CORREA, 2007). Segundo o discurso do ex-ministro Celso Amorim (2005),

“A história nos oferece uma rara oportunidade de mudança. Não a desperdicemos. Paz, Desenvolvimento, Democracia, Respeito aos Direitos Humanos são os objetivos que nos unem. Reforma deve ser a nossa palavra de ordem. (...) A reforma do Conselho de Segurança destaca-se como peça central do processo em que estamos envolvidos. A necessidade de fazer com que o Conselho se torne mais representativo e democrático é reconhecida pela imensa maioria dos Estados-membros. No horizonte histórico em que vivemos, nenhuma reforma do Conselho de Segurança será significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não-permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e

da América Latina em ambas as categorias. Não podemos aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo. Um Conselho mais eficaz deve ser capaz, acima de tudo, de assegurar o cumprimento de suas decisões. Não parece razoável imaginar que o Conselho poderá continuar ampliando sua agenda e suas funções sem que se resolva seu déficit democrático.”

Desse modo, pode-se inferir que, ao mesmo tempo em que o Brasil vê uma perspectiva de mudança do Conselho de Segurança, também critica o modo lento no qual esse tema é debatido. Percebe-se a postura da “autonomia pela diversificação”, frisando regiões em desenvolvimento antes não mencionadas nos discursos brasileiros, a exemplo da África e da Ásia. Em 2006 e 2007, Lula adota discursos de cunho social e ambiental (SILVA, 2010), aproximando também a necessidade da Reforma a outros países. Ou seja, buscou estabelecer a imagem de que não é apenas o Brasil que deseja a reforma, mas também outros países em desenvolvimento, como a Índia, e até mesmo potências que são membro permanente, como a França. Segundo Lula (2007),

“Criamos – Brasil, África do Sul e Índia – um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o IBAS. (...) Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação. Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento.”

Os discursos subsequentes adotaram uma postura mais agressiva quanto ao tema, relatando que o sistema internacional deveria agir e não ficar apenas na inércia e na promessa (SILVA, 2010). Com isso, nota-se uma maior referência, nos discursos do governo Lula, às palavras *multilateralismo e democracia, desenvolvimento, reforma social, globalização, equilíbrio comercial, reforma*

da ONU, cooperação Sul-Sul e novas fontes de energia. Desse modo, é possível inferir um maior destaque do Governo Lula quanto à Reforma da ONU, presente em todos os oito discursos realizados na Assembleia Geral.

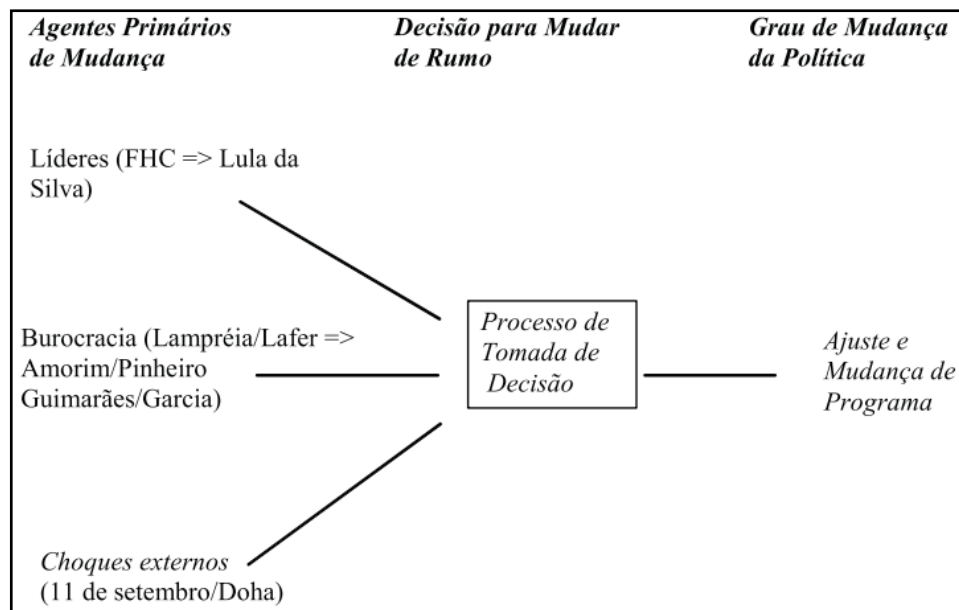
DIFERENÇAS ENTRE OS DISCURSOS

A partir da análise do âmbito contextual e conceitual dos discursos, é possível verificar as principais diferenças entre os discursos adotados durante os 16 anos dos governos FHC e Lula, ainda que os mesmos possuam algumas similaridades. Observa-se, primeiramente, uma mudança no modo de condução da política externa brasileira entre os dois presidentes (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), que possui como consequência uma divergência também no modelo de discurso adotado para a afirmação de uma Cadeira Permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Seguindo a linha de pensamento de Hermann (1990), há de serem analisados quatro elementos para verificar a mudança na postura do Itamaraty: os líderes, os burocratas, a reestruturação doméstica e os choques externos. Os líderes, nas figuras de FHC e Lula, além de terem posições políticas diferentes, também adotaram posturas pessoais diferentes: ao passo que o primeiro busca um poder de liderança através do pensamento tecnocrata (LOUREIRO; ABRUCIO, 2004), o segundo adota seu discurso através do carisma (LIMA FILHO; COSTA, 2007). Essa mudança na personalidade do presidente, por razões óbvias, gera uma diferença na condução governamental.

O segundo fator, os burocratas, também deve ser analisado: ao passo que FHC tinha como chanceler Luiz Felipe Lampreia no primeiro mandato e Celso Lafer no segundo, que adotavam na política externa um maior alinhamento com as potências ocidentais e um forte discurso econômico, o Ministro das Relações Exteriores de Lula foi Celso Amorim, que buscava uma cooperação Sul-Sul e aproximação dos países em desenvolvimento, além de adotar um discurso social para com a ONU (SILVA, 2010). Mesmo

Imagem 1 - Processo de Tomada de Decisão, Principais Causas e Resultados Políticos na Política Externa



Fonte: Vigevani e Cepaluni (2007, p. 281).

assim, é importante frisar o alinhamento de ambos os governos no que tange ao discurso do bem-estar nas relações internacionais, em que ambos se afirmam como defensores da democracia e da manutenção das relações diplomáticas com todos os países-membros da ONU (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

O terceiro e o quarto fator, como já analisado nos capítulos anteriores, não apresentam divergências extremas, pois Lula deu continuidade em muitos aspectos internos ao governo FHC e, no âmbito externo, as mesmas diretrizes seguiram. Desse modo, pode-se observar, na Imagem 1, a perspectiva da mudança do Itamaraty nos dois governos:

Assim, os discursos do governo FHC e Lula apresentam uma continuidade no que tange à valorização do Soft Power em detrimento do Hard Power, afirmando que a multipolaridade deve ser observada como tendência nas relações internacionais (AMORIM, 2010), e que apresentar um grande aparato militar e econômico já não é mais sinônimo de um país que consiga controlar a paz mundial (LAMPREIA, 1998).

Entretanto, a mudança de tom de discurso é apresentada a partir do momento que o governo FHC busca elevar o Brasil no cenário internacional como um país bem equilibrado e de um futuro econômico promissor, enquanto o governo Lula busca apresentar as tentativas brasileiras no âmbito social, como fome e direitos humanos (VIZENTINI, 2005), apresentando frequentemente os programas internos brasileiros como o Bolsa Família.

Por fim, é possível inferir que, ainda que ambos os presidentes não tenham conquistado a sonhada Cadeira Permanente, certamente esses 16 anos, se comparado a outros momentos da história brasileira, abrangeram o período em que o Brasil adotou um incessante discurso sobre a Reforma da ONU (ANDRADE, 2012). Mesmo assim, deve-se observar um maior apelo para tal no governo Lula se comparado ao governo FHC (BRIGIDO, 2010). Isso pode ser observado pela maior aceitação internacional do discurso lulista, que obteve apoio explícito de países como Espanha, França e Chile (ANDRADE, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar os discursos dos presidentes brasileiros Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva em relação a sua campanha visando a um assento permanente no Conselho de Segurança. Assim, podem-se inferir suas principais diferenças no discurso, ainda que ambos possuam semelhanças entre si. Dentre essas diferenças, pode ser citada a diferença de um cunho econômico no discurso do governo de FHC e um social no de Lula, além de uma maior inquietude por parte do governo Lula em ser um membro permanente, o que gerou discursos mais incisivos e de maior tempo se comparado com os discursos do governo FHC.

O artigo preocupou-se em realizar a Análise de Discurso, fundamentada em Pecheux e Manguieneau. Entretanto, limita-se ao não abranger de modo ideal todo o contexto histórico do momento de cada governo, relatando os principais acontecimentos do período. Desse modo, através do presente trabalho, pode-se obter a dimensão da dificuldade em ser realizada uma Reforma no Conselho de Segurança da ONU, ainda que não seja esse seu assunto principal.

Por fim, constata-se também, através do presente trabalho, a perspectiva e a ambição da política externa de dois dos principais presidentes da República do Brasil. Mesmo que ambos não tenham conquistado o assento permanente no Conselho de Segurança, não há como não admirar seus esforços sobre esse tema e, por conseguinte, a grande projeção internacional conquistada pelo Brasil, para cujo aprimoramento tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Luiz Inácio Lula da Silva contribuíram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM (2005), Celso Luiz Nunes. Discurso de abertura da 60ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2005. IN: O BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS. 1946-2006. Fundação Alexandre de Gusmão; Brasília: Funag. 2007

AMORIM, Celso. A ONU aos 60. *Revista Política Externa*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, v. 14, 2010.

ANDRADE, Letícia Cunha de. O Brasil em busca de um assento permanente no Conselho de Segurança: Análise Construtivista da Política Externa de 1945 a 2011. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

BARACUHY, Braz. Vencer ao perder: A natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações (1926). Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2005.

BRIGIDO, Eveline Vieira. O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique (2001). Discurso de abertura da 56ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2001. IN: A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS. 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Funag. 2007

CONCEIÇÃO, José Antonio. CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU E SUA IMPRESCINDÍVEL REFORMA. São Paulo: Faccrei, 2009.

CORREA, Luiz Felipe de Seixas. O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

GARCIA, Eugênio V.. Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013

GIACON, Livia Dias. A Reforma das Nações Unidas: o caso do Conselho de Segurança. São Paulo: FAAP, 2010.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula. *Lua Nova*. v.89, 2013.

KHANNA, Parag. *O Segundo Mundo*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

LAFER, Celso (2002). Discurso de abertura da 57ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2002. IN: *A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS*. 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Funag, 2007

LAMPREIA, Luiz Felipe (1995). Discurso de abertura da 50ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1995. IN: *A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS*. 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Funag, 2007.

LAMPREIA, Luiz Felipe (1996). Discurso de abertura da 51ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1996. IN: *A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS*. 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Funag, 2007 [www](http://www.funag.org.br)

LAMPREIA, Luiz Felipe (1997). Discurso de abertura da 52ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1997. IN: *A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS*. 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Funag, 2007

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 42, n. 2, p.5-17, jan. 1998.

LAMPREIA, Luiz Felipe (1998). Discurso de abertura da 53ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1998. IN: *A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS*. 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Funag, 2007

LAMPREIA, Luiz Felipe (1999). Discurso de abertura da 54ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1999. IN: *A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS*. 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Funag, 2007

LAMPREIA, Luiz Felipe (2000). Discurso de abertura da 55ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2000. IN: *A PALAVRA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS*. 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Funag, 2007

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e Reformas Fiscais no Brasil Recente. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 1, p.50-72, jan/mar. 2004.

LIMA FILHO, Dirceu Tavares de; COSTA, Manuela Ramos da. Lula e a blindagem arquetípica: Como a retórica supera o contrato eleitoral. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, Brasília, v. 31, n. 4, p.507-527, out./dez. 2011.

NYE, Joseph S.. *Soft Power*. *Foreign Policy*, Washington, v. 80, p.153-171, set/nov. 1990.

ONU. *Charter Of The United Nations*. *Charter Of The United Nations*. São Francisco, 1945.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A Articulação de um novo Paradigma de Segurança Coletiva*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. *Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*. Rio de Janeiro: ALEA, 2005.

SAMPAIO, Ana Letícia; RUSSO, Gabriela. *A Liga das Nações: Uma perspectiva Europeia*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2011.

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. *Rev. Bras. Polít. Int.*, Brasília, v. 46, n. 1, p.87-112, out. 2003.

SILVA, André Luiz Reis da. *A PALAVRA DO BRASIL NA ONU DURANTE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002): UNIVERSO CONCEITUAL*. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2009, Fortaleza. Artigo. Fortaleza: Anpuh, 2009. p. 1 - 9.

SILVA, André Luiz Reis da. Um novo multilateralismo?: O discurso do Brasil na Assembléia Geral da ONU durante o governo Lula (2003-2010). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

SILVA, Luiz Inácio Lula da (2003). Discurso de abertura da 58ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2003. IN: O BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS. 1946-2006. Fundação Alexandre de Gusmão; Brasília: Funag, 2007

SILVA, Luiz Inácio Lula da (2004). Discurso de abertura da 59ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2004. IN: O BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS. 1946-2006. Fundação Alexandre de Gusmão; Brasília: Funag, 2007

SILVA, Luiz Inácio Lula da (2005). Discurso de abertura da 61ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2006. IN: O BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS. 1946-2006. Fundação Alexandre de Gusmão; Brasília: Funag, 2007

SILVA, Luiz Inácio Lula da (2006). Discurso de abertura da 61ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2006. IN: O BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS. 1946-2006. Fundação Alexandre de Gusmão; Brasília: Funag, 2007

SILVA (2007), Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 62ª Assembleia Geral. 25 set. 2007, p. 5. Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/ga/62/2007/pdfs/brazil-orig.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2014

SILVA (2008), Luiz Inácio Lula da. CARTA MAIOR. O discurso do presidente Lula na Assembleia Geral da ONU. 23 set. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15248>. Acesso em: 7 nov. 2014

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

VARGAS, João Augusto Costa. Campanha Permanente: A construção do substrato normativo da busca do Brasil por uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.273-335, jul. 2007.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA ERA FHC: UM EXERCÍCIO DE AUTONOMIA PELA INTEGRAÇÃO. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 2, p.31-61, nov. 2003. VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005). Civitas, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.381-397, jul./dez. 2005.

XAVIER, Ana Isabel. ONU: A Organização das Nações Unidas. Coimbra: Publicações Humanas, 2007.

A RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XXI:

análise de uma parceria estratégica

BRAZIL-US RELATIONS ON THE 21st CENTURY:
analysis of a strategic partnership

Luana Margarete Geiger¹

RESUMO

Na conjuntura pós-Guerra Fria, o sistema internacional assumiu características mais multipolares, possibilitando a emergência e o fortalecimento de novas fontes de poder, entre elas o Brasil. Neste contexto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2003, se deparou com a oportunidade e a tarefa de ocupar as brechas provocadas pelos deslocamentos das grandes potências no cenário global. Neste sentido, foi promovida uma inflexão na política externa brasileira, que teve o seu perfil assertivo acentuado e passou a ser pautada por preceitos como a defesa da soberania e do interesse nacional, o universalismo e o aprofundamento das relações Sul-Sul. O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da inflexão promovida na política externa brasileira, a partir do Governo Lula, para a parceria estratégica Brasil-Estados Unidos.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil-Estados Unidos. Parceria Estratégica. Governo Lula. Política Externa. Inflexão.

ABSTRACT

In the post-Cold War conjuncture, the international system has taken a more multipolar format, enabling the emergence and gain of prominence of new sources of power, among them Brazil. In this context, President Luiz Inácio Lula da Silva, elected in 2003, faced the opportunity and the task of filling the gaps caused by the movement of the great powers in the global scenario. In this sense, a shift in Brazilian foreign policy was promoted, emphasizing its assertive characteristics and guiding it by precepts of sovereignty and national interest defense, universalism, and deepening South-South relations. The present study aims to analyze the impacts of the inflection in Brazilian Foreign Policy, promoted by Lula's administration on the Brazil-U.S. strategic partnership.

KEYWORDS: Brazil-U.S. Relations. Strategic Partnership. Lula Administration. Foreign Policy. Inflection.

¹Graduada em Relações Internacionais pela ESPM-Sul
E-mail: luanageiger0@gmail.com

INTRODUÇÃO

Historicamente, a aproximação política entre o Brasil e os Estados Unidos foi iniciada sob a gestão do barão do Rio Branco na chancelaria brasileira (1902-1912), a partir da percepção da crescente importância estadunidense, tanto regional quanto internacionalmente. Esta redefinição da diretriz da política externa brasileira complementou o já existente relacionamento comercial entre os dois países e se deu no sentido de instrumentalizá-la em favor dos interesses brasileiros, inicialmente caracterizados pela necessidade de consolidação das fronteiras nacionais e de redução da influência e dependência europeia no país (OLIVEIRA, 2005, p. 34). Para os Estados Unidos, a “americanização” da política externa brasileira foi ao encontro do objetivo de alargamento do subsistema norte-americano e retração da influência inglesa no continente, o que conferiu maior autonomia ao Brasil no sistema internacional (OLIVEIRA, 2005, p. 36)

Ao longo da história, a posição dos Estados Unidos no sistema internacional definiu significativamente os eixos da política internacional e da política externa brasileira, provocando consequências internas no campo político, econômico e social. A partir do Governo Lula, o perfil da política externa brasileira sofreu uma inflexão. Como meio de garantir o interesse nacional brasileiro no âmbito das suas relações externas, foram adotadas políticas como: a priorização das relações Sul-Sul, a defesa de coalisões multilaterais e a diversificação dos parceiros. O presente artigo busca analisar os impactos da mudança de prioridades da política externa brasileira – causada pela ascensão de Lula à presidência – na histórica parceria estratégica entre Brasil e Estados Unidos.

A vertente de pesquisa definida para a estruturação do presente trabalho foi a qualitativa, de tipo exploratória. O método de pesquisa a ser utilizado neste trabalho corresponde ao levantamento de dados através de fontes bibliográficas e documentais. Entre os principais autores escolhidos para fazer parte do referencial teórico deste estudo encontram-se: Henrique Altemani Oliveira, Antônio Carlos Lessa, Cristina Soreanu Pecequillo, Danielly Silva Ramos Becard, e Mônica Hirst.

O trabalho é dividido em quatro seções principais, sendo a primeira destinada à definição do conceito de parceria estratégica a ser considerado no artigo. A segunda seção engloba a consideração dos Estados Unidos como um parceiro estratégico do Brasil. A terceira parte do trabalho aborda a inflexão provocada pelo presidente Lula na política externa brasileira. Por fim, os efeitos desta inflexão para a parceria estratégica Brasil - Estados Unidos, são explanados.

DA PARCERIA ESTRATÉGICA

Segundo Lessa e Oliveira (2013), a expressão parcerias estratégicas tornou-se, ao longo dos últimos anos, uma importante ideia das políticas exteriores de muitos países, inclusive do Brasil. Por este motivo, comunidades acadêmicas de todo o mundo têm despendido considerável energia na análise do sentido e significado que esta expressão adquiriu na prática diplomática dos diferentes atores do sistema internacional. A necessidade de demonstrar a importância ou a priorização de determinadas relações bilaterais e dotá-las de agendas densas e revestidas de alta relevância, pode explicar o uso recorrente de tal conceito.

Conforme Lessa e Oliveira (2013), a utilização desta expressão deve estar ligada à urgência, essencialidade e importância apresentadas por poucas relações bilaterais. “Todos não podem ser estratégicos, porque verdadeiramente não são fundamentais e porque não têm a mesma relevância para a ampliação da capacidade de realização de interesses que as diplomacias nacionais buscam instrumentalizar no seu dia a dia” (LESSA; OLIVEIRA, 2013, p.10). Ainda nesta perspectiva, “a ideia de melhores amigos somente faz sentido para quem tem muitos amigos” (LESSA; OLIVEIRA, 2013, p.10).

Segundo Farias (2013), enquanto as alianças são formadas principalmente sob a perspectiva de ameaças, as parcerias estratégicas – mesmo quando criadas em meio à insegurança – são articuladas com base na percepção de oportunidades. Um dos

principais motivos pelos quais Estados entram em parceria estratégica é justamente a percepção de oportunidades que podem ser aproveitadas, ou os desafios que podem ser superados, através destas relações. No entanto, uma parceria estratégica não corresponde a um estado de harmonia de interesses. Ao contrário, contatos maiores e mais complexos envolvendo duas sociedades diferentes ensejam naturalmente mais conflitos – estes, porém, são gerenciados em um contexto institucional e pacífico.

Especialmente nos últimos anos, diversos países formaram parcerias estratégicas com alguns de seus principais colaboradores – regionais ou globais – com vistas a promover o desenvolvimento, diminuir assimetrias, garantir sua segurança e aumentar, ou preservar, o seu poder relativo no sistema internacional. Para Becard (2013), isso prova a expansão dos laços de interdependência internacional por meio dos processos de globalização e regionalização e, ao mesmo tempo, indica a necessidade de se reagir a tais processos universalizantes através de uma melhor seleção de parceiros. Tais parcerias têm servido como ferramenta de alinhamento entre Estados e de rebalanceamento de poder global – seja pelo vácuo de poder resultante do fim da Guerra Fria ou pela gradual e lenta diminuição de poder dos Estados Unidos, sobretudo a partir do século XXI. O conceito contemporâneo de parcerias estratégicas reflete, em grande medida, transformações sistêmicas em curso. Estas parcerias são consideradas ferramentas de adaptação sistêmica, a partir das quais um país busca o outro na tentativa de manter ou alterar o *status quo* a seu favor (BECARD, 2013, p. 48; 61).

Conforme Farias (2013), parcerias estratégicas podem ser úteis para diversas funções, entre elas: sinalizar para terceiros países sobre convergências em uma ampla gama de assuntos da agenda internacional; promover a interação dos atores privados dos países envolvidos; dar suporte aos fluxos originários da própria sociedade; e endereçar desafios e problemas comuns que não podem ser trabalhados ou envolvidos sem uma articulação mais robusta. “Em muitos casos, a função de uma parceria es-

tratégica decorre de preocupações completamente estranhas ao parceiro – ou é até mesmo um produto da política de poder do jogo de equilíbrio de poder e de alianças” (FARIAS, 2013, p. 30).

Ainda conforme Farias (2013), trabalha-se com a condição de estabilidade da parceria estratégica, ou seja, espera-se que ela perdure. A parceria pode ser articulada muito antes de existir um documento ou um pronunciamento formal por parte de lideranças políticas dos atores envolvidos – o mesmo ocorre com o declínio e o fim de um relacionamento desse tipo. Segundo o autor, uma parceria estratégica dificilmente tem data para conclusão. Elas perduram em função de aspectos como “ameaças de segurança, mudanças no regime político, na política doméstica, nas expectativas de valor, na distribuição de poder ou com a formação de outros arranjos” (FARIAS, 2013, p. 27).

Para o presente artigo, faz-se necessária a utilização de um conceito de parceria estratégica de caráter multidimensional, que possibilite a realização de um estudo amplo, abarcando os mais importantes âmbitos do relacionamento Brasil-Estados Unidos. Conforme descrito anteriormente, para Lessa e Oliveira (2013), uma parceria estratégica não configura um caso de priorização única de um relacionamento. Considera-se neste artigo um conceito pragmático, amplo e histórico de parceria estratégica.

Ainda neste sentido, será levando em consideração que a existência de uma parceria estratégica não depende de publicação documental ou de pronunciamento formal – como é o caso da articulação entre Brasil e Estados Unidos – e sim, como apontado por Farias (2013), da existência de diálogos e da convergência de interesses, preocupações, objetivos centrais e desafios entre os Estados envolvidos. Apesar disso, salienta-se que uma parceria estratégica não configura uma harmonia absoluta de interesses. Maiores complexidade e amplitude nos contatos implicam em mais oportunidades, porém também aumenta o potencial para conflitos. Por fim, conforme também abordado por Farias (2013), ressalta-se a utilização da parceria estratégica como

ferramenta do jogo de equilíbrio de poder e, consequentemente, a importância das posições relativas do Brasil – como potência emergente – e dos Estados Unidos – como potência central, ainda que em declínio relativo – para a parceria estratégica existente entre os dois.

OS ESTADOS UNIDOS COMO UM PARCEIRO ESTRATÉGICO DO BRASIL

No Brasil, coabitam dois diferentes sentidos de parceria estratégica. O primeiro remete às experiências históricas, que auferiram relevância ao longo dos desdobramentos da estratégia de desenvolvimento do país, que demandou “apoios políticos, capacidade de articulação, aumento do fluxo de capitais, mercados consumidores e cooperação científica e tecnológica” (LESSA; OLIVEIRA, 2013, p.10). Neste sentido, a ideia de parcerias estratégicas adquiria valor justamente como ferramenta para a obtenção de maiores margens de ação internacional autônoma, substancial para a implementação da estratégia de modernização nacional. Ainda segundo Lessa e Oliveira (2013), a segunda noção, por sua vez, se fez comum a partir do empenho universalista do Governo Lula, iniciado em 2003. Neste período, entretanto, a ideia de parceria estratégica fez-se simples categoria do discurso diplomático, sendo utilizada pelas autoridades de forma a auferir rotulações gentis, perdendo o sentido de alta relevância e essencialidade das agendas bilaterais.

No amplo conjunto de relações bilaterais prioritárias para o Brasil, existem três configurações claras. A dimensão regional, representada pela América do Sul, é uma delas. Outra configuração diz respeito à dimensão extraterritorial – tanto de países dotados de peso específico tradicional, como é o caso dos Estados Unidos e do conjunto europeu, como também de parceiros mais recentes, como a China, a África do Sul, a Nigéria, a Índia e a Rússia. Diferente das recém citadas, a dimensão mais larga das relações bilaterais brasileiras é sistêmica e existe em nível global (LESSA; OLIVEIRA, 2013, p. 11 e

12). Apesar de não terem assinado um documento oficial ou verbalizado de forma explícita a articulação de uma parceria estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos, estes representam um parceiro tradicional brasileiro, assim como o Oeste Europeu.

Até a última década do século XIX as relações entre os Estados Unidos e o Brasil se deram de forma esporádica, devido principalmente aos vínculos dominantes do Brasil com a Europa e, em especial, com a Grã-Bretanha, cujo Império ainda era forte e globalmente dominante. Além disso, até 1822 o Brasil ainda era colônia de Portugal e por isso tinha as suas ligações externas limitadas e definidas por sua Metrópole. No fim do século XIX, porém, os movimentos republicanos brasileiros passaram a se inspirar na experiência política dos estadunidenses, que por sua vez começaram a abrir o seu mercado para o café brasileiro. A partir deste momento o relacionamento começou a ganhar consistência (HIRST, 2006, p. 94).

Após o fim da Guerra Fria, conforme Vizentini (2005), era necessário, para os norte-americanos, que a reorganização do sistema mundial fosse feita de forma que a sua hegemonia pudesse ser mantida a um custo mais baixo. Para forjar uma liderança renovada, os Estados Unidos precisaram operacionalizar uma série de práticas e instituições legitimadoras supranacionais. A participação de organismos multilaterais e o aumento do diálogo com países do Sul, como o Brasil, fazem parte da nova estratégia norte-americana e promoveu maior aproximação bilateral.

A importância histórica dos Estados Unidos para o Brasil – atrelada ao interesse nacional de desenvolvimento, modernização e inserção internacional – pauta fortemente a parceria estratégica existente entre os dois países. Os Estados Unidos são, assim, um parceiro de fundamental importância, concordando com os parâmetros do primeiro sentido de parceria estratégica abordado no início da presente seção. Para os Estados Unidos, este perfil de relacionamento colabora com a constante ambição de ampliação do seu subsistema de apoio e de reafirmação da sua liderança no sistema internacional, conforme já

abordado anteriormente. A partir desta perspectiva, a compreensão acerca da parceria estratégica Brasil-Estados Unidos deve considerar o caráter histórico deste relacionamento bilateral.

GOVERNO LULA – A INFLEXÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2006 e 2007-2010) chega ao poder no Brasil perante um cenário internacional de grandes transformações. O início do século XXI caracterizou-se, por exemplo, pelo fortalecimento de potências médias como o Brasil, a China, a Índia e a Rússia; pela migração de grandes capitais dos grandes centros – principalmente para a China; e pela concentração do poder internacional. Conforme Becard (2009), apesar de estar diante da tarefa de ocupar as brechas provocadas pelos deslocamentos das grandes potências no plano mundial, Lula não promoveu mudanças radicais nas agendas bilateral e multilateral, mantendo os objetivos tradicionais da política externa do Brasil e defendendo a formulação de regras internacionais de forma negociada e a maior e melhor distribuição do poder internacional. Assim, o presidente manteve os objetivos de cooperação, diálogo e aprofundamento dos laços também com as potências consideradas centrais. Aprofundar as relações com países periféricos não significou que o relacionamento com os países do Norte perderia qualidade.

O exercício de liderança, porém, passou a ser feito de forma mais enfática em prol da defesa da soberania e dos interesses nacionais e da inserção internacional do país. Enquanto a política externa do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) buscou a “autonomia pela integração”, a política externa do presidente Lula inaugurou a “autonomia pela diversificação”. Com a perda de peso dos engajamentos preferenciais com os países do Norte, parte considerável das demandas brasileiras foram transferidas para a esfera multilateral. Foi aprofundado, também, o relacionamento com outras potências econômicas em desenvolvimento (BECARD, 2009, p. 139 – 141; 162; 173).

Dentre os meios utilizados pelo Governo Lula para fortalecer o Universalismo, destacaram-se a busca pela diversificação de mercados – por meio do aprofundamento de relações com a África, países árabes e potências médias e da condução de relações maduras com diferentes países desenvolvidos – e a ampliação do diálogo brasileiro em âmbito internacional por meio da participação e criação de fóruns multilaterais (BECARD, 2009, p. 188).

No plano multilateral, o Brasil buscou coordenar suas ações por meio dos grupos G-4, G-20 e IBAS. O G-4 era composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão e foi formado, em 2004, visando defender a ampliação e o ingresso de novos membros permanentes no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU). O G-20 foi criado em 2003, no âmbito da OMC, com o objetivo de defender o fim de subsídios internos e de subvenções às exportações dos países do Norte. O IBAS, por sua vez, representa um fórum político formado pelo Brasil, Índia e África do Sul (BECARD, 2009, p. 194).

Ainda conforme Becard (2009), o regionalismo defendido pelo governo privilegiou o espaço político-econômico da América do Sul. A integração sul-americana e o fortalecimento político-institucional do MERCOSUL tornaram-se verdadeiros imperativos da diplomacia brasileira. Para além do MERCOSUL, o projeto mais importante de aproximação neste âmbito foi o da União das Nações Sul Americanas (UNASUL). O objetivo central do projeto consistiu em “promover a integração sul-americana por meio da convergência de mecanismos de concertação político-comercial e de integração física e energética” (BECARD, 2009, p.190).

Durante o mandato de Lula, as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) retrocederam, culminando com a sua paralisação em 2004. Segundo Becard (2009), o país acreditou no papel compensatório da Europa frente ao unilateralismo norte-americano. A exemplo disso en-

contra-se a posição da Alemanha como o terceiro maior investidor no Brasil, em 2001, após os Estados Unidos e a Holanda.

Outra prioridade da política externa brasileira neste período, ainda conforme Becard (2009), foi o relacionamento com a Ásia. Buscou-se elevar as relações com a China a um novo patamar, visando fortalecer os laços bilaterais – principalmente no âmbito político, comercial, de investimentos e da cooperação científico-tecnológica. A partir de 2004, a regressão do superávit comercial do Brasil em 27% e o crescimento de 70% das vendas chinesas no Brasil sinalizaram a presença – e concorrência – no mercado nacional de produtos manufaturados.

Com relação à projeção alcançada pelo país, Pecequillo (2013) aponta que permaneceram discussões polarizadas sobre o projeto nacional. Assim como ocorreu no início dos anos 1990, o questionamento do papel do Estado e da autonomia estiveram presentes no debate eleitoral de 2010. A vitória de Dilma Rousseff (2011-2014) trouxe consigo a continuidade dessas dimensões de âmbito interno e externo – apesar do diferente perfil da agenda internacional, com sinais de relativo retrocesso. Mesmo com os ajustes táticos derivados da troca de governos, manteve-se a validação da presença global do Brasil, sustentada na agenda social, parcerias com países emergentes e alianças de geografia variável.

A PARCERIA ESTRATÉGICA NO SÉCULO XXI

Como explanado na seção anterior, e conforme as análises de Pecequillo (2013), a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) à presidência, acentuou o perfil autonomista da política externa do país, com alterações estratégicas. A continuidade econômica e política, aliada à retomada multilateral com reforço da temática social, produziu um aumento do poder de barganha brasileiro. Ao representar um interlocutor dos países emergentes o Brasil também alcançou maior credibilidade e autonomia frente às grandes economias – e em especial, frente aos Estados Uni-

dos. Indo além das ilusões do alinhamento e da confrontação, comprovou-se que o diálogo é mais forte quando ambos buscam suas prioridades e respeitam os seus interesses.

Para o Brasil, isto representa uma avaliação madura do bilateralismo como uma de suas alternativas, respeitando suas potencialidades e limites, assim como as dos Estados Unidos. Lula e Bush, além de ministros e agentes diplomáticos de ambos os países, mantiveram contatos de alto nível ao longo de seus governos.

Conforme Pecequillo (2013), a renovada identidade em política externa e o fortalecimento do Brasil foram acompanhados pelo isolamento e o encolhimento norte-americano, gerados pelas opções unilaterais de George Bush durante o seu primeiro mandato (2001-2004). Apesar da reeleição em 2004, a gestão mostrava sinais de desgaste devido ao prolongamento das guerras do Afeganistão e do Iraque, à desaceleração da economia, aos déficits públicos e comerciais, ao empobrecimento e ao nível de desemprego do país. Com isso, os norte-americanos promoveram uma inflexão em suas relações internacionais – revitalizando as suas parcerias regionais, retomando um multilateralismo assertivo e utilizando-se de uma diplomacia transformacional para a democracia. Um dos impactos para o Brasil foi a formalização, em 2005, da fase do diálogo estratégico em suas relações bilaterais.

Os ganhos de autonomia da política externa brasileira qualificaram o país a ser encarado pelos Estados Unidos como parceiro global. Ainda segundo Pecequillo (2013), de 2005 a 2008 os avanços do diálogo estratégico foram mais significativos no campo político-estratégico do que no econômico-comercial. Apesar de entraves como as eleições presidenciais nos Estados Unidos e a crise econômica de 2008, a aproximação entre os dois países seguiu se solidificando – o Brasil foi, por exemplo, convidado a acompanhar as negociações de paz do Oriente Médio, em Annapolis. A autora aponta que o diálogo estratégico não pressupõe uma harmonia plena de interesses entre as potências – a exemplo das tensões ainda existentes, entre elas o temor da

retomada das intervenções na América Latina, considerando as descobertas de petróleo e gás pelo Brasil. Iniciado na administração Bush, esse processo teve continuidade no governo de Barack Obama (2009-2012) – que tinha a mudança no perfil hegemônico dos Estados Unidos como uma de suas principais plataformas.

Como evidenciado na Estratégia de Segurança Nacional de 2010, Pecequillo (2013) aponta que os Estados Unidos reconheceram a ascensão brasileira e dos emergentes, destacando o seu papel mundial e a relevância de aprofundar parcerias com essas nações.

Essa percepção não eliminou divergências conjunturais em episódios como os do golpe de Honduras, a negociação do acordo nuclear tripartite com o Irã e a Turquia e direitos humanos. As divergências nasceram do crescente envolvimento do Brasil em temas sensíveis do interesse norte-americano, em particular o nuclear, e das dificuldades dos EUA em aceitar a participação cada vez mais ativa dos emergentes nas grandes questões internacionais (PECEQUILLO, 2013, p. 84-85).

A partir desta breve explanação da relevância histórica dos Estados Unidos para o Brasil, é possível que a existência de uma parceria estratégica seja mais claramente compreendida. Como trabalhado por Pecequillo (2013), diversas fases marcaram o relacionamento Brasil-Estados Unidos, porém, conforme abordado anteriormente, Farias (2013) salienta que a existência de uma parceria estratégica não corresponde a harmonia total de interesses e que, ao contrário, os contatos mais profundos, intrínsecos à uma parceria estratégica, ensejam naturalmente mais divergências – que, no entanto, não deterioram a totalidade do relacionamento bilateral.

Conforme já abordado ao longo do presente artigo, uma parceria estratégica remete aos impactos mútuos da política externa das partes. Os desdobramentos aqui descritos permitem a observação de que independentemente do nível de aproximação em curso, as relações bilaterais sempre tiveram impactos econômicos e políticos importantes para o

Brasil. Apesar de ser recente o reconhecimento estadunidense com relação ao fortalecimento brasileiro no cenário internacional, cada vez mais as políticas externas de ambos os países apresentam objetivos centrais que dependem ou envolvem um ao outro – condição necessária para a existência de uma parceria estratégica, segundo Farias (2013).

De acordo com apontamentos de Farias (2013), a relevância das posições de ambos os países na distribuição de poder do sistema internacional também aufere importância à parceria estratégica – sendo o Brasil uma potência emergente e os Estados Unidos uma potência central, mesmo considerando as recentes redistribuições de poder. Entre os principais fatores que atrelam valor aos Estados Unidos como um parceiro estratégico, destacam-se a sua importância histórica para o desenvolvimento brasileiro e a sua posição de relevância no sistema internacional. Entre os valores que tornam o Brasil relevante para a parceria estratégica, sobressaem-se as recentes conquistas do país, a sua emergência econômica e política no cenário global e a sua relevância regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reordenamento sistêmico desencadeado pelo fim da Guerra Fria abriu espaço para questionamentos sobre a futura distribuição internacional de poder, bem como sobre o perfil que as novas interações globais configurariam. No contexto da aceleração da globalização, a emergência de novos polos de poder e a utilização de articulações regionais visando o fortalecimento próprio representou uma ameaça à tão almejada manutenção da liderança norte-americana, bem como a oportunidade de obtenção de um maior poder de barganha por parte das nações em emergência. É a partir desta conjuntura que o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, quatorze anos após a queda do Muro de Berlim, promoveu uma inflexão ao acentuar o perfil autonomista das relações exteriores do Brasil e passou a basear o relacionamento com os Estados Unidos, e demais países, nos preceitos da defesa

da soberania e do interesse nacional. Os desdobramentos que se seguiram à inflexão da política externa brasileira demonstram que o diálogo é mais forte e maduro quando ambas as partes buscam as suas prioridades e respeitam os seus interesses.

Para a análise dos impactos da inflexão promovida pelo Governo Lula na parceria estratégica existente entre Brasil e Estados Unidos delimitou-se um conceito amplo, porém pragmático, de parceria estratégica. Lembrando as definições elaboradas por Lessa e Oliveira (2013) e Farias (2013), o conceito utilizado pela autora remete à relevância e à essencialidade que poucas relações bilaterais verdadeiramente apresentam. A existência de um parceiro estratégico, no entanto, não desmerece a existência de outros e não significa a primazia de um único relacionamento sobre os demais.

O estudo baseou-se em uma abordagem multidimensional, considerando que parceiros estratégicos devem estabelecer diálogos acerca de diversos temas da agenda internacional. A abrangência e a profundidade dos diálogos, porém, não traduzem uma convergência absoluta de visões ou posicionamentos. É fundamental que ambas as partes expressem interesse em temas em comum, porém a postura adotada com relação a estes não necessariamente será a mesma. Neste sentido, um parceiro estratégico pode, e muitas vezes deve, ser levado em consideração durante a formulação de posicionamentos e declarações oficiais, porém esta consideração pode também dar-se no sentido de promover críticas ou questionamentos às práticas do outro parceiro.

Além da compreensão conceitual acerca do que representa uma parceria estratégica, o presente estudo objetivou aplicar esta definição nas análises das relações Brasil-Estados Unidos. Como apresentado no desenvolvimento deste trabalho, existem três configurações no amplo conjunto de relações bilaterais prioritárias para o Brasil: a regional, a extraterritorial e a global. Os Estados Unidos não são os únicos parceiros prioritários e, como um país de peso tradicional, fazem parte da dimensão extraterritorial, junto com demais potências como os países do grupo europeu, a Rússia, a China e a Índia.

Apesar do novo sentido de parceria estratégica introduzido pelo presidente Lula – em que o conceito é utilizado como simples categoria do discurso diplomático, perdendo o sentido de alta relevância das agendas bilaterais –, a parceria estratégica existente com os Estados Unidos não condiz com esta ideia. Pelo contrário, a categorização dos Estados Unidos como um parceiro estratégico brasileiro está associada ao primeiro sentido deste conceito, que remete às experiências históricas e à sua utilização como instrumento, em benefício do desenvolvimento nacional.

Desde o início do relacionamento bilateral, o objetivo brasileiro era instrumentalizá-lo em favor do interesse nacional. Existiram, no entanto, diferentes visões sobre os meios a serem utilizados, as estratégias a serem adotadas e os interesses a serem priorizados. Estas variações se devem à mudanças nas conjunturas internas – partidos no poder, perfil dos presidentes, influências exercidas por diferentes grupos dominantes – e externas – conjuntura política e econômica internacional, bilateral ou multilateral. As relações Brasil-Estados Unidos evoluíram do campo econômico para o político no início do século XX, a partir da percepção do Barão do Rio Branco, enquanto chanceler brasileiro, acerca da crescente importância do Estado norte-americano nos planos regional e global. Através da análise do histórico das relações bilaterais – proposta como um dos objetivos de pesquisa –, observou-se que a partir deste marco, os Estados Unidos passaram a representar um importante parceiro no levantamento de investimentos e recursos para o desenvolvimento do Brasil.

Constatou-se que, independentemente do nível de aproximação bilateral em curso, as relações Brasil-Estados Unidos sempre tiveram impactos econômicos e políticos importantes para o Brasil. Após a percepção da chancelaria brasileira com relação a sua ascensão, os Estados Unidos sempre foram considerados nos posicionamentos e declarações oficiais brasileiras, sendo que esta relação bilateral pauta fortemente as agendas regional e internacional do Brasil.

A parceria estratégica existente entre Brasil e

Estados Unidos se justifica por diversos motivos. Apesar de não representar um acordo firmado entre as partes, a ideia de parceria estratégica remete aos impactos mútuos de seus respectivos posicionamentos, práticas e agendas. A parceria é também marcada pela importância das posições de ambos os países na distribuição de poder do sistema internacional: o Brasil, como potência emergente, e dos Estados Unidos, como potência central, ainda que em declínio. Tanto a política externa brasileira, quanto a estadunidense, apresentam objetivos centrais que dependem ou envolvem um ao outro, o que também explica a amplitude dos diálogos, existentes em diversos âmbitos das Relações Internacionais. Para o Brasil, a relevância dos Estados Unidos no sistema internacional e a sua histórica presença nos desdobramentos e no desenvolvimento do país, constituem alguns dos principais aspectos que configuram os Estados Unidos como um parceiro estratégico do Brasil. Já para os Estados Unidos, a relevância brasileira passou a ser reconhecida mais fortemente a partir do fim da Guerra Fria, principalmente no século XXI. A emergência econômica e política do Brasil, bem como a sua importância regional, por sua vez, representam alguns dos principais fatores que atribuem importância à posição brasileira na parceria estratégica – justificando o interesse norte-americano na manutenção de um abrangente e positivo relacionamento bilateral.

Na conjuntura pós-Guerra Fria, os Estados Unidos reconhecem o fortalecimento das potências médias e em desenvolvimento, entre elas o Brasil. O concomitante aumento paulatino do pragmatismo brasileiro logrou um salto qualitativo no seu relacionamento com os Estados Unidos, criando um novo padrão de diálogo. No início do século XXI, o presidente Lula se deparou com a oportunidade e a tarefa de ocupar as brechas provocadas pelos deslocamentos das grandes potências no sistema internacional – porém sem promover alterações extremas. A partir disto, realizou mudanças pontuais na política externa brasileira.

A inflexão promovida pelo presidente Lula no

perfil da política externa brasileira se deu no sentido de aumentar a sua assertividade e o seu pragmatismo, utilizando-a de forma mais crítica, em benefício dos interesses e objetivos brasileiros. O presidente Lula defendeu o uso da negociação na formulação de regras internacionais, bem como uma melhor distribuição do poder global entre os diferentes polos. Durante o seu governo, inaugurou-se a “autonomia pela diversificação”. Assim, através do fortalecimento do universalismo e o aprofundamento das relações Sul-Sul, o país diversificou os seus parceiros e mercados, passando a depender menos dos países do Norte.

Com a perda de peso dos engajamentos preferenciais com os países do Norte, muitas das demandas brasileiras foram transferidas para a esfera multilateral. É importante lembrar, porém, que durante o Governo Lula não foram provocadas mudanças radicais nas agendas bilateral e multilateral. Apesar da existência de novos parceiros estratégicos, os Estados Unidos, cuja relevância histórica para o Brasil é inegável, não perdeu a sua importância na agenda brasileira. O diálogo estratégico seguiu acontecendo nos mais diversos âmbitos nacionais, bilaterais e globais. A ampliação das relações Sul-Sul não representou um corte na histórica parceria estratégica – o que aconteceu, no entanto, foi que a parceria estratégica sofreu um salto qualitativo, passando a considerar de forma mais concreta a existência de divergências e desafios. O universalismo pragmático deu condições para o Brasil se tornar mais crítico e mais ativo com relação a todos os seus relacionamentos externos.

Considerando que a parceria estratégica Brasil-Estados Unidos existe bilateralmente e, portanto, deve trazer resultados para ambas as partes, é possível observar que a nova postura brasileira tornou este relacionamento mais equilibrado. Uma política externa brasileira mais proativa, pragmática e assertiva torna a parceria menos assimétrica e marca a busca por um relacionamento que traduza oportunidades e benefícios mais igualitários. Frente a esta inflexão, os Estados Unidos precisaram flexibilizar-se e adaptar as suas posturas ao novo nível

da parceria estratégica – em que ambos os países são ouvidos, criticados ou beneficiados. Estas características marcam o novo patamar atingido pela parceria pois tornam os diálogos mais maduros, coerentes, representativos e legítimos de um relacionamento bilateral menos assimétrico.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O mundo pós-guerra fria: globalização, guerra ao terror e multipolaridade. 1.ed. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias Estratégicas nas Relações Internacionais: uma análise conceitual. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani (Org). Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

FARIAS, Rogério de Souza. Parcerias estratégicas: marco conceitual. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani (Org). Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

HIRST, Mônica E. S. Os Cinco “as” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia e afirmação. 1.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani. Parcerias estratégicas do Brasil: uma busca por conceitos. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani (Org). Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política externa brasileira. 1.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Brasil e Estados Unidos: Um enfoque contemporâneo das relações bilaterais (1990/2011). In: LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. (Org). Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

ENTREVISTA

PERSPECTIVAS SOBRE O ORIENTE MÉDIO

por Luiz Antônio Araujo

Texto: Eric Raupp e Vinícios Sparremberger

Colaboração: Franco Chitolina e João Henrique Salles Jung



Luiz Antônio Araujo em palestra sobre a relação entre Brasil e Oriente Médio, na ESPM-Sul.
Foto: Amanda Xavier

Em seus 48 anos de vida e 28 de profissão, o jornalista Luiz Antônio Araujo assistiu, presenciou e trabalhou na cobertura de inúmeros conflitos mundiais, documentando o desenvolver da história. Desde 1996, ele integra a equipe de profissionais do Jornal Zero Hora, onde atualmente é editor e colunista internacional.

Em 2001, foi enviado ao Paquistão após os ataques de 11 de setembro, nos Estados Unidos, para cobrir a guerra do Afeganistão e, 10 anos depois, foi ao Egito para acompanhar a revolução que derrubou o então presidente Hosni Mubarak. “Eu tive a sorte ou o azar de ao longo da minha vida ter assistido processos distintos de revolução, de levante e de rebelião massiva. Isso tudo pra mim foi muito impactante”, analisa o repórter.

Em entrevista à Revista Novas Fronteiras, o jornalista falou sobre suas experiências e perspectivas acerca do Oriente Médio, em especial as questões relativas ao Estado Islâmico (EI). Destacou o papel de grandes nações na resolução dos conflitos e também abordou as perspectivas do Brasil e seu papel na política externa.

O Estado Islâmico do Iraque e do Levante é um grupo terrorista, extremista que está aterrorizando a todos que se mostram contra suas ideologias. Como foi o surgimento desse grupo?

Para entender o Estado Islâmico, é preciso conhecer um pouco da história recente do Oriente Médio. Em 2003, os Estados Unidos decidiram invadir o Iraque sob a justificativa da Guerra ao Terror. Existe uma frase do crítico literário americano Harold Bloom que diz o seguinte: “a crítica literária freudiana é como o Sacro Império Romano. Não é sacro, nem império, nem romano. A crítica literária freudiana não é nem crítica, nem freudiana e nem literária”. A meu ver o mesmo pode ser dito sobre a Guerra Global ao Terror, pois não era nem guerra, nem global, nem ao terror. Foi um conjunto de intervenções dos Estados Unidos, desencadeado a partir do 11 de setembro, em regiões que interessavam geopoliticamente o governo Bush.

A ocupação do Afeganistão, por exemplo, ocorreu sob a justificativa que de naquele momento a cúpula da Al-Qaeda estava abrigada no país. Mas a verdade é que o povo afegão não teve praticamente nenhuma relação com o 11 de setembro. Estamos falando de uma guerra de 14 anos, originada de uma intervenção contra um povo cuja única relação com a conspiração era aquela existente entre as cúpulas da organização que planejou o atentado. Bin Laden sempre representou um grupo minoritário no arco político e ideológico do mundo árabe. Nunca teve expressão política a ponto de atrair grandes grupos, mas por trás da Al-Qaeda existiam interesses poderosos.

Em 2001, a estrutura da Al-Qaeda foi varrida de forma muito fácil do Afeganistão. Em 2003, quando Bush decidiu invadir o Iraque, destruiu um regime de mais 40 anos muito peculiar, apoiado em uma minoria, os árabes sunitas. Quando o regime de Hussein caiu, Bush não tinha um plano: a agenda era promover a democracia, mas sem entender que dificilmente se pode fazer democracia depois de uma invasão tão injustificada.

Nesse contexto, uma das organizações que conse-

guiu de alguma forma empalmar com a resistência à invasão foi a chamada Al-Qaeda no Iraque, fundada pelo jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, que declarou lealdade à Osama Bin Laden após a invasão americana. Esse jordaniano, entre 2003 até sua morte em 2006, foi a figura mais importante da resistência sunita, e sua organização desfrutavam da simpatia dos sunitas, porque estava enraizada nas cidades, nas tribos. Foi esse grupo que originou o Estado Islâmico.

Então, em primeiro lugar é um equívoco chamar o Estado Islâmico de grupo terrorista nos mesmos padrões da Al-Qaeda. Ele é um grupo que, embora derive desta, faz coisas que ela nunca pensou em fazer. O Estado Islâmico é uma tentativa de responder à modernidade e se torna a ideologia oficial do reino nesse processo, assemelhando-se com o nacionalismo árabe. Ou seja, o Estado Islâmico surge para ser parte da resistência à da invasão americana no Iraque.

Após a Primavera Árabe em 2011, elementos do EI, derrotados e isolados, migraram para a Síria e iniciaram uma insurreição em áreas de presença sunita. O financiamento vem basicamente de doadores da região do golfo: Arábia Saudita, Bahrein, Catar e Emirados Árabes. Isso significa a possibilidade de pagar um salário para os integrantes que nem o regime sírio de Bashar al-Assad pode pagar.

Em meio um contexto de guerra civil, crise política e econômica e de falta de perspectiva da juventude nesses países, e isso assegura apoio às suas famílias e pode ser interessante. Por outro lado, para as monarquias do golfo é interessante mandar os seus jovens lutar no exterior. Porque esses jovens não tiverem um “brinquedo”, eles podem resolver “brincar” em casa.

Quais são as perspectivas para a manutenção do Estado Islâmico no Oriente Médio?

Neste momento, o Estado Islâmico começa a funcionar como uma espécie de franquia. Enquanto organização, seu centro é o Iraque e a Síria. Podemos até dizer que sem o Iraque, derrotado e expulso de Tikrit e, provavelmente, nos próximos meses, ex-

pulso de Mossul, o EI tende a se desintegrar, porque os sunitas iraquianos constituem o cerne dele. Já na Síria, minha percepção é de que a grande maioria dos combatentes do Estado Islâmico são estrangeiros.

Como você interpreta o contexto curdo nesse momento tumultuado na região entre Iraque, Síria e Turquia junto com essa questão do EI, que também age no local?

O nacionalismo curdo é um nacionalismo muito antigo. Os curdos são um povo que tem uma língua própria, uma cultura, uma história, uma tradição e que estão divididos basicamente entre quatro países. Estamos falando dos curdos, mas eu poderia estar falando dos árabes, ou dos turcos, ou dos azeris. A verdade é que os curdos parecem que colocam muito claramente de maneira justa a questão do direito a um Estado.

O Curdistão já existe no papel, num tratado do início dos anos 20, mas que depois foi pifado porque não interessava nem aos turcos, nem ao Irã e, principalmente, à Grã-Bretanha e à França, que eram as potências dominantes na região. Então, nacionalismo curdo é consequência dessa história. Vemos, por exemplo, o grupo político que governa o Curdistão Iraquiano, os Barzani, tem uma história terrível de luta contra outras organizações curdas. Em algumas circunstâncias eles se aliaram, seja com o governo iraniano ou turco contra o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), grupo de extrema esquerda. Se olharmos o PKK por outro lado, veremos que, até 1990, o PKK tinha uma sede em funcionamento perfeitamente legal, na cidade de Damasco.

Eu perguntei para pessoas ligadas ao PKK na Turquia: *“Como vocês conviviam com o al-Assad?”* Como, de uma hora para outra, al-Assad e Turquia fizeram um acordo relacionado à questão das fronteiras?”. Até hoje existem problemas de fronteira, mas, como parte desse acordo, os turcos exigiram que o PKK fosse expulso; isso foi feito. Mas não vejo como se opor ao direito do povo curdo à autodeterminação, se o povo curdo quer ter um país eles têm o direito de ter.

A paz é uma realidade que pode ser considerada para o Oriente Médio?

Eu vejo que a questão da autodeterminação das nacionalidades é a única maneira para alcançar um processo de paz numa região como o Oriente Médio. Os povos têm o direito à autodeterminação. Se eles não puderem decidir o que eles são, não puderem decidir a forma como se organizam, como vão respeitar a forma de outros povos se organizarem?

Atualmente está em pauta no cenário internacional o regime sírio. Existe uma pressão norte-americana na Síria?

A gente sabe que o regime sírio hoje é o principal aliado da Rússia no Oriente Médio. Particularmente, não acho que existe de fato pressão americana contra o regime sírio. É evidente que os EUA não apóiam politicamente, inclusive já condenaram o governo sírio em vários aspectos, mas me parece que a política americana nunca foi, nem no auge da Primavera Árabe, de fato exigir a saída de al-Assad. Alguns dirão que essa foi uma posição pragmática do Obama em função do veto russo, mas eu acredito que mudança de regime não é a política dos EUA.

A política dos EUA é, na minha visão, *“estamos nos retirando da região, quer dizer, já invadimos o Afeganistão e ‘quebramos’ a cara, invadimos o Iraque e ‘quebramos’ a cara”*. O eleitor americano não vai tolerar que o presidente eleito em 2008, com ideologia contrária à invasão do Iraque, inicie uma invasão, seja na Síria, no Iêmen ou novamente no Iraque - há conselheiros americanos no Iraque nesse momento, então eu acho que os EUA nunca se empenharam seriamente pela saída do Assad. Num determinado momento a oposição síria recebeu apoio logístico em armas via Turquia, via Arábia Saudita e via Jordânia, e certamente os EUA concordaram com isso, mas é diferente de apoiar uma oposição.

Acredito que os sírios, assim com eu, não veem os EUA como uma força que bombardeie ou que faça o jogo da oposição contra o regime. Pelo con

trário, percebem os norte-americanos deixando um regime, digamos, intacto. Isso se comprova também no terreno diplomático, onde os EUA têm feito sucessivas tentativas de trazer o governo para a mesa de negociação. Durante uma entrevista, John Kerry disse novamente: “temos que negociar e, se o regime quiser negociar, ele que venha”, e aí não há negociação possível porque a oposição disse: “com o regime nós não negociamos”.

Inclusive já ouvi de integrantes de várias facções a seguinte frase: *“se eu tivesse que escolher, não gostaria de escolher, mas se tivesse que escolher entre os Estado Islâmico e Assad, escolheria o EI, mesmo sendo difícil”*. Eu entrevistei um ex-oficial do exército sírio sunita e perguntei algo similar, mas em outro contexto. Ele me olhou, ficou em silêncio e disse que nada era bom, tudo era ruim: *“eles acabam com a sua alma, eles acabam com a sua moral, com a sua integridade”*. Esse homem fora ex-combatente do regime, depois passou pelo principal grupo de oposição da Síria, até ficar oito meses lutando pelo do EI. Ele me dizia assim: *“se eu tivesse que escolher eu voltaria a lutar no EI contra o regime de Assad”*.

Atualmente não se fala tanto sobre a Líbia e o Egito, berços da Primavera Árabe. Não é mais a alta das Relações Internacionais, pelo menos para o grande público. Como você enxerga esse contexto hoje?

Eu estive na Praça Tahrir, eu vi as pessoas exigindo a queda de Hosni Mubarak, eu vi os muçulmanos rezando e os coptas (cristãos egípcios) parados em volta, fazendo corrente para proteger. Eu vi aquele movimento surgir praticamente do nada, e o vice-presidente americano dizia durante a rebelião que Mubarak não era um ditador.

O que acontece e o que aconteceu desde então, tem que ser olhado em perspectiva: a Primavera Árabe não cumpriu todas suas promessas. Mas, queda das ditaduras no cone sul que não cumpriu todas suas promessas mas nós convivemos com o legado. Há 25 anos caiu a ditadura no Brasil, e nós tivemos

no dia 15 de março uma parte minoritária, mas ainda visível da população, dizer que é preciso um regime militar. Então, não me sinto apto em fazer um julgamento, em posição de superior, do Egito, da Líbia. A história está cheia de movimentos cíclicos, e quando vimos a dissolução da União Soviética em 1991, quando vimos Bush pai prometendo uma nova ordem mundial, não poderíamos sonhar que o 11 de setembro aconteceria, que surgiria um Boko Haram, um Al Shabab, um Estado Islâmico. No mundo árabe, viveremos um processo longo de revoltas e contrarrevoltas, avanços e retrocessos, crimes bárbaros e atos heróicos, atos de solidariedade, de melhoria, como aqueles da praça Tahrir.

E o que dizer sobre o conflito Israel e Palestina?

Embora eu nunca tenha coberto o conflito Israel-Palestino diretamente, de alguma forma esse conflito e essa região são parte da minha vida. Sou de Santa Maria, uma cidade que tem uma grande colônia judaica e árabe. Esse é um conflito onde as soluções políticas parecem frustrantes e ainda há grandes problemas a serem enfrentados. São dois povos dividindo a mesma terra.

Demorou muito para que se chegasse à essa ideia, porque durante muito tempo a liderança israelense negou a existência do povo palestino. Golda Meir (fundadora do Estado de Israel) afirmava com todas as letras que os palestinos não existiam. Somente a partir dos anos 90 e dos processos de paz de Oslo que a liderança israelense deu início à aceitação desta realidade histórica. Por outro lado, a liderança palestina tem traído sucessivamente todo tipo de esperança que possa existir num processo de paz, de unificação. A Autoridade Palestina é uma instituição absolutamente corrupta, cujo presidente parece estar interessado em morrer no cargo, porque nunca convocou eleições desde que assumiu a presidência.

Portanto, as perspectivas de paz entre israelenses e palestinos estão nas mãos daqueles segmentos dos dois lados que hoje são ultraminoritários, como um

dia foram minoritários aqueles que achavam que tinha que ter democracia no cone sul, como um dia foram minoritários aqueles que achavam que tinha que ter democracia na União Soviética. No caso das eleições israelenses, mal conseguiram entrar no Knesset. No caso palestino, alguns provavelmente estão presos e detêm a chave do futuro.

Essa chave do futuro tem que vir de um processo que rompa tanto com o caminho do Estado de Israel, cujo Primeiro-Ministro no cargo disse no *Facebook* que “o governo do Likud está em perigo e temos que votar porque os árabes estão indo em massa às urnas”, ou seja, é como se ele tivesse tocando o alarme das invasões bárbaras. Os árabes em questão eram cidadãos de Israel que foram tratados como intrusos, invasores ou extraterrestres - talvez, porque a história dos palestinos dentro de Israel muitas vezes lembra a ideia de extraterrestres, pois ninguém sabe muito o que eles estão fazendo ali e na verdade eles nasceram ali. Por parte da liderança palestina, eu acho que é preciso encontrar soluções políticas.

Eu sou otimista em relação a uma resolução. Acredito que um número cada vez maior de pessoas entende o conflito porque o que está em jogo está documentado, visível e compreensível: a questão da terra, do respeito aos direitos humanos, do respeito à diversidade, da solidariedade ao outro.

Qual o papel dos países emergentes nos conflitos no Oriente Médio?

Em primeiro lugar, os países emergentes não são iguais nem são parte do mesmo processo. Se pegarmos os BRIC's, temos a Rússia, que é uma potência pelos menos desde o século XVIII e que foi desde então determinante para a história do mundo. Então, esse é um país que tem peso, que tem poderio atômico e que busca se reinserir no mundo.

Neste momento, com base nas suas piores tendências, com uma ideologia nacionalista, religiosa e exclusivista e principalmente sob o comando do presidente Vladimir Putin, eu não enxergo a Rússia capaz de ter um papel positivo ou progressivo na ordem

mundial. No dia que os russos se livrarem do Putin, eu espero que eles sejam capazes de construir um regime radicalmente mais democrático, mais junto.

A China, em poucos anos vai ser a maior economia do mundo e vai influenciar a história de uma forma como nunca antes foi feita. Contudo, não podemos vê-la igualmente como um país que possa servir de panaceia para os problemas que hoje são vividos no Oriente Médio, na África ou mesmo no Brasil. A Índia não tem nenhum projeto expansivo que coloque o num patamar de grande influência.

Como o Brasil poderia atuar nesse contexto?

De todos esses países, tirando a África do Sul, somos o único que não tem disputas territoriais com vizinhos e cuja tradição é de não intervenção. Por outro lado, nos últimos dez anos, começamos a ter voz em alguns aspectos. A grande questão é: o que Brasil vai ser e o que o Brasil quer ser?

Nosso país compriu um papel positivo em 2010 em relação ao Irã e à assinatura do acordo de Teerã. O Brasil tem papel importante também jno que diz respeito à Cuba, à medida em que apoia e de alguma maneira atua como um agente de diálogo. O Brasil cumpriu um papel importante na Venezuela quando se colocou contra o golpe. Infelizmente, se discute pouco a presença brasileira no exterior. Mas o Brasil precisa ter posição mais proeminente. A diplomacia dos anos 90 que ficou conhecida como a “diplomacia descalça”, não pode ser um parâmetro.

Eu sou crítico da política externa dos governos Lula e Dilma; julgo-a no mínimo contraditória. No Haiti, por exemplo, a atuação do Brasil é digna de lamentação. Tornamo-nos uma força ocupante, atuando como um “guarda-noturno” dos Estados Unidos e contrariando toda nossa história. Afinal, o que nós fizemos no Haiti? Qual foi a nossa contribuição? O que o Brasil contribuiu para a construção de um Estado onde os haitianos possam pensar no seu futuro? Eu acho que contribuímos muito pouco.

RESENHA CRÍTICA

ENTRE A ALTERIDADE E O RECONHECIMENTO:

a queda da cidadania francesa

Thiago Cidade¹

A história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa. Tomando a célebre constatação de Marx (2011) como ponto de partida e frente a eventos recentes que chamaram novamente a atenção internacional para a questão da (vivência da) alteridade na França, parece-nos imperativo resgatar a obra-prima de Kassovitz, *La Haine* (O Ódio, no título em português) em toda a sua complexidade. De fato, o filme, rodado em 1995, antecipa acontecimentos como as revoltas nos subúrbios de Paris no outono de 2005 e o ataque à redação do jornal humorístico *Charlie Hebdo* no ano presente. Ainda que tais episódios sejam significativamente diferentes, é possível traçar paralelos elucidativos em sua recorrência: a “farsa” dá-se pelo caráter anunciado da tragédia e expõe, assim, a sua verdadeira forma².

Ficção e realidade, nas mãos de Kassovitz, compõem um só quadro, de modo que um documentário da concretude vivida desabrocha-se perante a experiência estética do espectador. Isso se deve, em larga medida, à proximidade do diretor não apenas em relação à temática trabalhada – o argumento central da obra é inspirado em um amigo seu, morto durante custódia policial –, mas também em relação às personagens mesmas que a habitam. Representantes representados, Vinz, Hubert e Saïd (Vincent Cassel, Hubert Koundé e Saïd Taghmaoui, respectivamente) são construções ficcionais que se confundem com os seus próprios significantes, os atores-sujeitos escolhidos para compartilhar sua existência na tela. Próximos de Kassovitz, os três intérpretes – um judeu, um árabe e um negro – interpretam a si mesmos em uma peculiar e poderosa autorreferência semiótica.

O desenvolvimento narrativo da obra orbita as vinte e quatro horas que se seguem à tortura policial sofrida por um amigo das três personagens, Abdel (Abdel Ahmed Ghili), que acaba entrando em coma, e à consequente violência pública gen-

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul).
E-mail para contato: thiagobinscidade@gmail.com.

² Como nos diria Deleuze (2006, p. 179): “[...] a verdadeira crítica é a crítica das verdadeiras formas e não dos falsos conteúdos [...]”.

eralizada que acomete o marginalizado subúrbio parisiense. Membros da esparsa massa de jovens que tomam as ruas em protesto, Vinz, Hubert e Saïd entram em conflito com a força policial local e acabam por encontrar a arma perdida de um agente da força de repressão estatal durante o tumulto. Tal arma passa, então, a ditar todo o decorrer da trama, à medida que tensiona a relação dos amigos devido a divergências em torno do modo de ação adequado e que serve como dispositivo verificador das reais intenções, desejos e limites das personagens.

A estrutura do filme é, não obstante, deveras mais complexa. Há um conflito dialético que perpassa toda a obra: a relação Eu-Eu e a relação Eu-Outro. Se, em um primeiro momento, somos apresentados à periferia por meio de um olhar também periférico, em um segundo, acompanhamos o olhar da periferia sobre o centro. Assim, vivenciamos, juntamente com as personagens, a realidade diária do *outro lugar* representado pelos arredores da capital parisiense, um espaço que se encontra à margem do ideário francês, mas que é responsável pela sustentação de toda a enunciação e de toda a performance social dos três jovens. O “mal dos subúrbios”, como diria um tipo-ideal francês na segunda metade da projeção, é aqui visualizado por meio de uma perspectiva autobiográfica: o subúrbio por ele mesmo. No segundo ato do longa, contudo, acompanhamos a incursão de Vinz, Hubert e Saïd a Paris – e é visível o patente sentimento de desconforto geral frente à simples *existência* dos três jovens em um espaço que, claramente, não prevê a sua passagem. Mais uma vez, o multiculturalismo francês mostra-se débil em sua finalidade.

De fato, esse encontro entre o Eu e o Outro clarifica o modo pelo qual a identidade mesma das três personagens é moldada em face de uma identidade coletiva hegemônica. Se, como elaborou Lacan (1998), o inconsciente é o discurso do Outro, não surpreende que a construção social das iden-

tificações individuais passe pela consideração da produção discursiva da “verdadeira França” e dos “verdadeiros franceses” – ainda que, em teoria, tal consideração possa servir para implodir ou para fazer emergir uma identidade étnico-cultural-religiosa coletiva anti-hegemônica³. Mas a realidade é que, se fizermos uma topologia dessas relações, fica claro que o Outro são os próprios suburbanos retratados na trama: o Eu hegemônico do branco parisiense contrapõe-se ideologicamente e discursivamente ao Grande Outro que abarca todos aqueles que não se inserem satisfatoriamente no mito fundador da cidadania francesa. Nos moldes orientalistas propostos por Said (1990), os discursos acerca das identidades do Oriente próximo – tão próximo que, no caso, perdura dentro da própria sociedade europeia... – criam e sustentam essa mesma identidade.

E é essa *criação* de uma subjetividade social desviante que nos permite desvendar os acontecimentos retratados no filme. No primeiro ato, vemos que a fúria do coletivo de jovens suburbanos volta-se ao seu próprio espaço de convívio: não atacam Paris e o modo de vida francês representado pela cidade, mas sim o seu espaço (sub) urbano, destruindo bens da sua própria camada de origem – e é emblemática, nesse sentido, por exemplo, a destruição do local de treinamento de Hubert. Soma-se a esse entendimento a completa ausência de um programa estabelecido de demandas – utópicas ou não – e de um conteúdo étnico-religioso de enfrentamento à sociedade secularizada francesa – contrariando o contrasenso de uma análise demasiadamente focada no chamado fundamentalismo islâmico. Assim, o levante popular deve ser visualizado como uma *passage à l'acte* lacaniana, um “movimento impulsivo levando à ação que não pode ser traduzido em palavras ou pensamento, mas acarretando ao mesmo tempo o peso de uma frustração intolerável” (ŽIŽEK, 2014, pp. 70-71).

³ Poderíamos até mesmo relacionar, não sem limitações, esta implosão ou emergência de uma identidade étnico-cultural-religiosa às proposições de Althusser (1971) acerca da distinção entre instinto e posição de classe em face à consciência de classe proposta por Marx.

Com efeito, podemos retomar aqui o conceito de comunicação fática na forma proposta por Jakobson (1960) que, inspirado na ideia de comunhão fática de Malinowski e próxima do intento metalinguístico, seria responsável por verificar o funcionamento do canal de comunicação existente entre os sujeitos tanto singulares quanto coletivos. Para além, todavia, de seu propósito fundamental de prolongamento do contato social intersubjetivo, há nesta forma aparentemente tão simples de comunicação o traço deveras mais elegante de uma anti-função, de um “vazio funcionalista”. Os levantes retratados no filme são um grito desesperado por *visibilidade*, pela consideração da *existência* de todo um recorte social que se vê diariamente descaracterizado em sua condição de agente cidadão. Em outras palavras, não há nos eventos retratados pela obra a reclamação de uma situação particular, de um tensionamento em direção a um Eu altero, mas sim o desejo de incorporação ao Outro e a afirmação de sua condição como parte do todo: “queremos ser e *somos* cidadãos franceses”, indicavam.

Feitas essas observações, entendemos que o longa de Kassovitz é capital em sua clarificação da real questão em jogo na atual estrutura multicultural da França. Os dispositivos sociais e discursivos em exercício responsáveis pela criação dos marginalizados e da marginalização estão todos representados esteticamente na obra, e é sintomático que a personagem mais racional e não violenta da película, Hubert, acabe se vendo colocada em uma situação de confronto da qual não pode fugir, fazendo com que o filme atinja o seu clímax dramático já nos últimos segundos de projeção. “Essa é a história de uma sociedade que cai”. E cai, levando não apenas Hubert, mas também o próprio apanhado ideológico francês.

DELEUZE, Gilles. A ilha deserta e outros textos. São Paulo: Iluminuras, 2006.

JAKOBSON, Roman. Closing statement: linguistic and poetics. In: SEBÖK, Thomas A. (Org.). Style in language. New York: Wiley, 1960.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ŽIŽEK, Slavoj. Andante ma non troppo e molto cantabile: “está solta a maré escura do sangue”. In: _____. Violência: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Lenin and philosophy and other essays. New York: Monthly Review Press, 1971.

RESENHA CRÍTICA

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: HISTÓRIA E PRÁTICAS

fragmento: *Integração Regional no Cone Sul da América Latina: o Mercosul*

Lauriane Cruz Aguirre¹

O fragmento analisado pertence à obra “Organizações Internacionais, História e Práticas” das autoras Mônica Herz e Andrea Ribeiro Hoffman. Ambas são pesquisadoras do Instituto de Relações Internacionais da Universidade PUC-Rio, onde lecionam nos cursos de graduação e pós-graduação.

Herz possui graduação em História (PUC-Rio), é mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e doutora em Relações Internacionais na *London School of Economics and Political Science*.

Hoffman cursou Economia pela PUC-Rio, tem pós-graduação lato sensu em Política Internacional pela *London School of Economics and Political Science*. É também pesquisadora visitante do *Department of Social and Political Sciences*, na *European University Institute* e doutora em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela *Eberhard-Karls Universität*.

O excerto a seguir resenhado - *Integração Regional no Cone Sul da América Latina: o MERCOSUL* - retrata através da análise de seus antecedentes históricos e da conjuntura política dos Estados envolvidos, evidenciando aspectos regionais, os processos que culminaram na criação do Mercado Comum do Sul.

RESENHA

O surgimento de um ideal de integração no âmbito da América Latina atribui-se a Simón Bolívar e a Carta da Jamaica (1815), a qual inseria o ímpeto de criar três federações no continente. Outro projeto elaborado foi de caráter mais defensivo, no Congresso Americano no Panamá (1926). Esse objetivava a criação de estratégias para possíveis tentativas de políticas expansionistas, principalmente dos EUA, que, em

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.
Email: aguirrelaurianec@gmail.com

1823, havia declarado a Doutrina Monroe. O Congresso teve mais três reuniões, contudo não houve êxito na promoção da integração.

É citado com motivos para o fracasso do ideal bolivariano a não consolidação política dos países latino-americanos nesse período. Ainda, alguns países do Cone Sul não foram solidários a causa, como o Brasil, por diferenças históricas, e a Argentina, que via no projeto de Bolívar uma tentativa de estabelecer uma hegemonia sobre o subcontinente.

Contudo, a emergência do pan-americanismo, assemelhando-se ao sentimento bolivariano de integração latino-americana, evidenciou-se com a criação da Organização dos Estados Americanos- OEA (1948) e a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio- ALALC (1960) – esta última postulava uma integração que partisse do âmbito econômico. Houve também a criação do Instituto para Integração Latino-Americana (INTAL - 1966) através do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No entanto, as questões voltadas à integração ficaram em segundo plano no Cone Sul, tal como na situação da Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento e Integração, a ALADI, que substituiu a ALALC em 1980, e fracassou, elevando os questionamentos sobre a promoção da integração latino-americana.

Na década de 1970, ocorrem transformações nos cenários políticos desses países, que favorecem a cooperação, e posteriormente a integração. A primeira iniciativa parte dos governos militares, com o Acordo Multilateral Corpus-Itaipu (1979) que solucionou a divergência na construção das hidrelétricas de Corpus (Argentina e Paraguai) e Itaipu (Brasil e Paraguai).

Entretanto, a integração regional volta a ser observada, na segunda onda de regionalismo, na década de 80, ganhando força à integração sub-regional. Sob esse aspecto é definido o termo Cone Sul, pois a região até então não era vista como uma unidade, devido a disputas hegemônicas históricas, principalmente entre Brasil e Argentina.

No período democrático, o presidente recém-eleito, Raul Alfonsín da Argentina e José

Sarney assinaram a Declaração de Iguaçu (1985), documento de viés mais político, que criou a Comissão Mista de Alto Nível, a qual visava acelerar a integração entre os dois países. Houve também a criação do Programa para Integração e Cooperação Econômica, em 1986, que planejou a criação de um espaço comum em dez anos.

Os novos presidentes Carlos Menem e Fernando Collor de Mello conduziram a política em seus países sob o postulado liberal econômico, o que promoveu a proposta da criação de um mercado comum. O Mercado Comum do Sul foi criado a partir da Declaração de Buenos Aires, de 1990. Assim, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinaram, em 1991, o Tratado de Assunção.

O Tratado de Assunção estabeleceu previamente apenas compromissos comerciais, criando critérios para a liberalização comercial, regime de origem e solução de controvérsias. A estrutura jurídica do órgão foi estabelecida no Protocolo de Ouro Preto, três anos após a criação do MERCOSUL, que após o Protocolo passou a ser uma Organização Internacional.

O compromisso com a democracia não era citado no Tratado de Assunção, no entanto, a tentativa de golpe no Paraguai trouxe a necessidade de institucionalização, logo, foi definida a Declaração sobre o Compromisso Democrático. Este foi incorporado por via do Protocolo de Ushuaia em 1998, que define a suspensão do Estado-membro que tenha sofrido uma ruptura da sua estrutura política democrática.

Outro passo importante para a integração foi a Declaração de Zona de Paz, apesar da região ter a OEA e o TIAR como mecanismos securitários, o MERCOSUL não possuía cooperação na área e, tendo em vista a proliferação de armamentos de destruição em massa, os países membros assumiram o compromisso de não entrarem numa corrida armamentista.

Institucionalmente, o MERCOSUL tem caráter intergovernamental, possui as tomadas de decisões por consenso de todos os Estados-membros. A cessão de soberania não é aceita devido às disparidades de poder entre os membros. Além disso, a validade das normas do MERCOSUL só

é aceita caso incorporado ao sistema jurídico dos países membros.

Seus principais órgãos são: O *Conselho do Mercado Comum*, que possui poder legislativo, e suas decisões são obrigatórias; também é titular da personalidade jurídica da organização. É composto pelos ministros de relações exteriores e de economia e é, ainda, articulado com dois órgãos auxiliares, a Reunião de Ministros e o Foro de Consulta e Concertação Política.

O *Grupo Mercado Comum* possui poder executivo e de iniciativa legislativa, e emite resoluções de caráter recomendatório. O Grupo possui vários subgrupos temáticos subordinados a ele. A *Comissão do Comércio* divulga e monitora a aplicação da política comercial, podendo emitir diretrizes obrigatórias ou propostas.

A *Secretaria Administrativa*, que sofreu reformas importantes pelo Conselho de 2002, cria um setor de Assessoria Técnica gerando a possibilidade de reflexão sobre o processo de integração. O Setor de Normativa e Documentação e o Setor de Administração e Apoio também possuem caráter administrativo.

A *Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL* é um órgão apenas consultivo, que é composto por 64 parlamentares em mandato nos seus países. Suas recomendações são encaminhadas ao Conselho. Os órgãos que representam a sociedade civil são o Foro Consultivo Econômico-Social, funcionando com representantes dos trabalhadores, empresários e consumidores.

O *Tribunal Permanente de Revisão* age na resolução de controvérsias, e após reformas pelo Protocolo de Olivos, é composto pelas etapas tradicionais de solução de controvérsia. Além disso, compete ao tribunal confirmação, modificação ou revogação de laudos de arbitragem.

A ascensão do MERCOSUL se deu no seu início com a liberalização tarifária e a implementação da Tarifa Externa comum, marcando a passagem de um mercado comum a uma união aduaneira. Contudo, a crise intrabloco de 1990 ocorreu devido a medidas unilaterais que comprometeram a integração, como a valorização do real e as novas tarifas externas para

bens de capital criadas pela Argentina.

Com isso o CMC criou o Grupo de Reflexão Prospectiva, que analisou a dispersão da Tarifa Externa Comum. Tal medida foi apresentada em um seminário no Palácio do Itamaraty na 26ª reunião do Conselho do Mercado Comum e da Conferência de Cúpula de Chefes de Estado, que recomendou principalmente a consolidação da união aduaneira, o aprimoramento institucional, integração fronteiriça, coordenação macroeconômica, estreitamento de laços com a Comunidade Andina, entre outros.

A integração latino-americana é abordada no fragmento detalhadamente, e desde uma perspectiva histórica, revendo os processos pelos quais a América Latina apresentou possibilidades maiores de integração regional, como a criação de organizações de caráter específico.

Porém não é aprofundado o impacto de atores exógenos ao sistema latino-americano, como o contexto internacional e as relações entre os países da América Latina e os Estados Unidos, o qual influenciou na estruturação da política externa dos Estados do Cone Sul. Bem como a influência do Consenso de Washington no estabelecimento dos modelos políticos e econômicos de países como Brasil e Argentina, os quais protagonizaram a criação do Mercado Comum do Sul.

Ademais, a conjuntura internacional atual, bem como as diferentes orientações dos governos vigentes e suas prioridades internas, implica em novos desafios à organização, que se encontra hoje estagnada. Todavia, os processos de integração, tais como o MERCOSUL, representam um relevante coeficiente para a coesão dos Estados, que além das questões limítrofes, possuem semelhanças históricas e culturais, e problemáticas comuns que buscam solucionar.

REFERÊNCIAS

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais, Histórias e Práticas - Integração Regional no Cone Sul da América Latina: o MERCOSUL. São Pau-

Ashraf Bajaa
Juliano Bravo
Jorge Dietrich
Lauriane Aguirre
Luana Geiger
Thiago Cidade

Entrevista com
Luis Antônio Araújo

nepri **ESPM**

núcleo de estudo e pesquisa
em relações internacionais

ESPM

QUEM FAZ TRANSFORMA